

1895-2005
Memória da Fazenda da Bahia



Governador

Paulo Souto

Secretário da Cultura e Turismo

Paulo Gaudenzi



Diretor Geral

Claudius Portugal

Diretoria de Arquivos

Sônia Terezinha Gonsales Sampaio

Centro de Memória da Bahia

Consuelo Novais Sampaio

Consuelo Novais Sampaio

Colaboração especial de
Maria da Conceição B. Costa e Silva,
Sílvia Noronha Sarmento,
Andréa Novais S. de Quadros
e Vínicius Jacob Virgens

1895-2005

Memória da Fazenda da Bahia

S182m Sampaio, Consuelo Novais
1895-2005 – Memória da Fazenda da Bahia / Consuelo
Novais Sampaio; colaboração Maria da Conceição B. Costa
e Silva, Sivia Noronha Sarmento, Andréa S. de Quadros e
Vínicius Jacob Virgens –
Salvador : Casa de Jorge Amado : Fundação Pedro Calmon,
2005.
144p. : il.

1895-2005 Memória da Fazenda da Bahia

Pesquisa e Texto

Equipe do Centro de Memória da Bahia

Direção: Consuelo Novais Sampaio

Coordenação Editorial

Assessoria de Comunicação da FPC

Fotos e Ilustrações

Acervo FPC e Secretaria da Fazenda

Sobre capa

Painel de Carybé,

Hall da Secretaria da Fazenda - Centro Administrativo

Foto sobre capa e pág 140 - Marisa Vianna

Ficha Catalográfica

Diretoria de Bibliotecas da FPC

Fundação Pedro Calmon

Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia

Praça Thomé de Souza, Palácio Rio Branco,

Cep. 40020-010, tel. (71) 3321-02004

Salvador - Bahia - Brasil



Sumário

Apresentação	11
O Brasil e o Estado da Bahia	15
1 - Da Colônia ao Império	17
2 - A Primeira República (1889-1930)	21
3 - Da Revolução de 1930 ao Estado Novo	23
4 - Da Redemocratização ao Golpe Militar de 1964	25
5 - De 1964 à Nova República	27
6 - Do Plano Cruzado ao Plano Real	31
7 - Globalização e Novos Desafios	35
Biografias - Secretários da Fazenda	39



Apresentação

Tendo por finalidade coordenar o sistema de bibliotecas e arquivos, a Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, órgão integrante da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, compreende entre as suas linhas de ação a de recolher, organizar, preservar e divulgar o acervo documental, proveniente de arquivos públicos e privados, que evidencie a memória histórica, geográfica, administrativa, técnica, legislativa e judiciária da Bahia, organizando, atualizando e difundindo seus acervos.

Trilhando este caminho, com projetos que manifestam a memória, a história, o livro e a leitura, nas suas várias unidades e em suas atividades, e após ter publicado uma edição *fac-símile* do “Diário Oficial do Estado da Bahia”, comemorativa ao centenário da Independência na Bahia, livro até então raro, mas de importância fundamental para a historiografia, e como um primeiro passo e resultado dos estudos que a equipe do Centro de Memória está a produzir, apresenta este trabalho: **1895-2005 Memória da Fazenda da Bahia**, uma introdução sobre o sistema fazendário da Colônia aos dias de hoje, acompanhado de verbetes biográficos de seus diretores.

Esperando abrir com esta edição uma coleção voltada para uma história do sistema público da Bahia, possibilitando o acréscimo de novos títulos para a nossa bibliografia e disponibilizando novos trabalhos como fruto dos estudos e pesquisas que estão sendo empreendidas na Fundação Pedro Calmon, temos como objetivo ao publicarmos este livro ampliar o conhecimento histórico de nossa terra e promover a perenidade de nossa memória através dos seus mais variados aspectos.

O Brasil e o Estado da Bahia

1. Da Colônia ao Império

O sistema fazendário brasileiro remonta aos primórdios da colonização. Seguiu os preceitos das Ordenações do Reino e, posteriormente, do Código Filipino. Constantemente modificado por leis e alvarás, era desorganizado, permissivo à fraude e incapaz de estabelecer um controle efetivo sobre a arrecadação dos tributos.

A primeira tentativa séria da Coroa Portuguesa de administrar as suas rendas no Brasil data da instalação do Governo Geral, em 1549. Dentre os funcionários de primeiro escalão que acompanharam Tomé de Souza à Bahia, havia um Provedor-mor da Real Fazenda, Antonio Cardoso de Barros. A ele caberia a enorme tarefa de regularizar e de ordenar a administração da Fazenda Real nas terras do Brasil. Assim queria D. João III, pois as suas *rendas e direitos das ditas terras até aqui não foram arrecadadas como cumpriam por não haver quem provasse*.¹

Para que tal situação fosse reparada, conferiu-se ao Provedor-mor uma grande soma de atribuições, consubstanciadas num longo Regimento de 30 capítulos. Deveria ele, por exemplo, acompanhar o Governador Geral, quando de visita às Capitânicas, ocasião em que os funcionários da Fazenda Real apresentar-lhe-iam um balanço de contas anuais, assim como os almoxarifes, deveriam ir pessoalmente, de cinco em cinco anos, à Bahia, prestar suas contas. Para esse fim, levariam todos os seus livros. Ao Provedor-mor coube ainda a tarefa de construir uma Alfândega, de modo a tornar mais eficiente a arrecadação dos direitos reais.²

A despeito de pormenorizadamente regulamentada, a atuação do Provedor-mor foi extremamente ineficaz. A Fazenda Real nunca soube o que arrecadou no Brasil. O sistema tributário que Portugal implantou em sua colônia americana era, como o seu próprio, desordenado, ambíguo, arbitrário. A própria Alfândega, situada na Praça do Palácio, longe das embarcações que carregavam e descarregavam mercadorias, foi inoperante. A arrecadação dos direitos alfandegários cresceu, quando essa repartição foi transferida para a *cidade baixa*, num prédio ao lado da Igreja do Corpo Santo, na área portuária. Com o passar do tempo, contudo, as condições estruturais foram-se deteriorando, provocando perda de mercadorias e facilitando o roubo. Sem alternativa, aí permaneceu até a conclusão das obras (1863) da nova Alfândega que, com a sua rotunda, se distinguia das demais construções.

Os quintos e as dízimas sobre o ouro e pedras preciosas eram os principais tributos, ao lado dos direitos alfandegários sobre as mercadorias exportadas e importadas. Esses tributos eram arrecadados por feitores, almoxarifes e escrivães. Na Colônia, constituíam receita privada do Rei, e eram cobrados discricionariamente, sem fixação em orçamento e através de Cartas-Régias procedentes da metrópole. *De ano para ano, surgiam novas imposições: a*

¹ Apud Luis Henrique Dias Tavares, **História da Bahia**, 10ª ed., São Paulo. UNESP; Salvador, EDUFBA, 2001, p.101.

² Max Fleiuss, **História Administrativa do Brasil**, 2ª ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1925, p.20.

*décima cédular, que era bem o embrião do imposto sobre a renda; o imposto de consumo, sobre o tabaco e aguardente. E assim, cada serviço que se instituisse determinava a criação de um novo imposto, de uma nova taxa.*³

Com a transferência da sede da Monarquia para o Brasil, o príncipe D. João criou (Alvará de 28 de junho de 1808) o Erário Régio e o Conselho da Fazenda, centralizando todos os negócios de administração, distribuição, contabilidade e assentamento. As Juntas de Fazenda e Provedorias de Fazenda, que nas capitanias e províncias superintendiam as estações arrecadoras, passaram a ser dependentes do Erário Régio. Mas apenas em princípio porque, na prática, jamais foi possível ao Governo Central exercer um controle efetivo sobre as diversas estações ou repartições fazendárias espalhadas pelo País. Ao sair do Brasil, D. João VI deixou o Erário na mais absoluta penúria. *O Tesouro vazio, o Banco do Brasil falido, o meio circulante desfalcado, o ouro desaparecido de circulação, a prata com ágio e custo de vida repentinamente elevado.*⁴

Após a proclamação da independência política, algumas modificações foram introduzidas no sistema fazendário vigente. O capítulo III da Constituição do Império de 1824, por exemplo, foi todo dedicado à Fazenda Nacional, e estipulava (Art. 170) que a receita e a despesa do País ficariam sob os cuidados de um Tribunal, a que chamou de **Tesouro Nacional**. A esse órgão competia regular a administração das diversas estações fazendárias, de arrecadação e contabilidade, em consonância com as tesourarias e autoridades das províncias do Império. O novo serviço de coletorias foi regulado (lei de 27 de agosto de 1830), passando os coletores a desempenhar os serviços que até então eram realizados pelos superintendentes e pelas juntas da Fazenda.

O sistema tributário brasileiro, porém, continuou tão desorganizado e arbitrário como antes. Somente em 1832, ao instituir a discriminação das rendas e ao fixar a Despesa Geral em orçamento, o Direito Fiscal Brasileiro começou a tomar forma. Elaborou-se então, o primeiro orçamento do País, referente ao exercício financeiro de 1833-1834. Contudo, a confusão normativa e a desigualdade na arrecadação fizeram com que vários impostos fossem cobrados simultaneamente pelo Império e pelas províncias, gerando conflito entre as duas instâncias do poder.

Esta situação foi minimizada com a Lei Geral n° 93 (31 de outubro de 1835) que, em termos, distinguiu os impostos do Governo Central daqueles que cabiam à Receita Provincial. O imposto de exportação, por exemplo, era cobrado tanto pelo Governo Central como pelo provincial, à razão de 11%, cabendo às províncias a cota de 4%. Por outro lado, pertencia à receita provincial todas as importações, *que não estivessem listadas no Art. 11*, por serem da competência do Governo Central. Em termos gerais, contudo, pode-se dizer que a maior fonte de receita das províncias estava no imposto de importação. Em decorrência dessa lei, iniciaram as províncias o seu próprio regime tributário, passando a pesquisar as suas fontes de receita, legislando sobre a criação de impostos e sua respectiva arrecadação.⁵

³ Walfrido Moraes, *O escravo na legislação tributária da província da Bahia, Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*, Salvador, Manu/Beneditina, 1950, v.4, p.183-184.

⁴ Brasil, **Ministério da Fazenda Ontem e Hoje (1808-1983)**, p.11 e 18.

⁵ Theophilo Borges Falcão, *Vida Econômica e Regime Fiscal*, In **Diário Oficial do Estado da Bahia, 1923**, edição fac-símile, Fundação Pedro Calmon, 2004, p.45.

Na Bahia, a primeira lei orçamentária (nº 38) foi decretada em 15 de abril de 1836, pela Assembléia Legislativa Provincial e sancionada pelo presidente da Província, Francisco de Souza Paraíso. Curiosamente, essa lei fixava a despesa em cerca de 665 mil contos de réis, mas não orçava a Receita. Em outros termos, *sabia-se o que o Governo gastaria, mas não de onde pretendia obter o dinheiro*.⁶

Em 1839, o presidente da Província, Conselheiro Tomas Xavier Garcia de Almeida, criou a **Tesouraria Provincial** (31 de maio de 1839), com o objetivo específico de proceder a arrecadação das rendas e dos impostos provinciais. No entanto a lei de 4 de outubro de 1831 extinguiu (embora com grande atraso) o Erário Régio e o Conselho da Real Fazenda, constituindo-se num marco significativo no processo de organização financeira do Brasil. Também criou Tesourarias de Fazenda em cada uma das Províncias, em substituição às Juntas de Fazenda coloniais. Mas na Bahia, a cobrança dos impostos continuou a ser feita pela Mesa de Rendas, órgão eminentemente colonial. Como se vê, a lei do Governo Central levou muito tempo para ser aplicada na Bahia, possivelmente devido à grande instabilidade administrativo, pois nesse período de 8 anos, a província foi governada por cinco presidentes e cinco vice-presidentes, a maioria ficando entre seis e dois meses no poder. Apenas o Visconde de Monteserrat (1832-1834) e Garcia de Almeida (1838-1840) foram os únicos a cumprirem o mandato, não sendo de estranhar tenha sido este último o criador do Tesouraria Provincial na Bahia.⁷

O novo órgão fazendário foi inicialmente instalado no prédio onde funcionava a Casa da Relação (justiça) situada no local onde posteriormente foi construído o Elevador Lacerda. Em 1871, o prédio da Casa da Relação foi destruído para dar lugar ao Elevador, embora na Fala de 1852, o presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, já houvesse pedido a sua demolição, devido à precariedade das suas condições materiais. A Tesouraria Provincial foi transferida em 1871 para o primeiro andar de um secular sobrado colonial que existia na esquina da Rua da Misericórdia com a Ladeira da Praça, onde funcionou durante oito anos (1871-1879). Em seguida, foi transferida para prédio próprio, na antiga Rua do Pão-de-ló, depois Rua do Tesouro, atual Padre Vieira.⁸ Chamava-se então **Tesouro Provincial** (lei de 15 de setembro de 1877) e funcionava sob o novo regulamento (15 de dezembro de 1880).

A despeito das várias tentativas de ordenação, o sistema tributário do Império continuou tão confuso e arbitrário como nos tempos coloniais. A discriminação das rendas, estabelecida pela lei de 1835, nunca foi efetivamente observada. Por considerá-la impraticável, o Conselheiro Francisco Belisário de Sousa propôs, nos últimos anos do Império, a criação de um imposto geral, ao qual seriam agregados adicionais provinciais. Para diminuir a despesa e facilitar o pagamento do contribuinte, a arrecadação deveria ser unificada sob um mesmo agente.⁹ Além desta, outras propostas foram apresentadas sem que a caótica situação tributária e financeira do Brasil experimentasse qualquer melhora.

⁶ Walfrido Moraes, *O escravo...* p.184.

⁷ J.Alvares Amaral, **Resumo cronológico e noticioso da Província da Bahia**, IOE, 1922, p.223; Arnold Wildberger, **Presidentes da Província da Bahia**, Tip. Beneditina, 1949.

⁸ Sílio Boccanera Jr., **Bahia Histórica**, Tip.Baiana, 1921, p.81.

⁹ Borges Falcão, *Vida econômica...* p.46

APOLICE DA DIVIDA PUBLICA

CONTO

CONTO

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL



UM CONTO DE REIS

CINCENTA MIL REIS

Nº 301519

APOLICE DA DIVIDA PUBLICA

DECRETO N. 9330 DE 28 DE JANEIRO DE 1902

Comprador desta Apolice de valor nominal de Um Conto de Reis, recebera por annos de cinco de annos e juro annuo de cinquenta mil reis que lhe sera pago na repartição competente, em todos os dias ultimos dos meses de Janeiro e Julho de cada anno, em conformidade do Decreto N.º 9330 de 28 de Janeiro de 1902 e outras disposições organicas.

O Ministro de Fazenda

Janquim Martins

O Director da Commissão

O Insp. de Selo e Arquivos

F. Felbert *M. Martins*

2. A Primeira República (1889-1930)

Com a mudança do regime político os inconvenientes e vícios do sistema fiscal foram agravados, porque o País estava política e administrativamente despreparado para implementar o sistema fiscal nos três níveis de poder – federal, estadual, e municipal – conforme exigia o regime republicano.

A organização tributária da República foi calcada nas disposições preliminares da Constituição de 1891, segundo as quais as principais fontes de receita da União seriam o imposto sobre importações, o imposto do selo e, mais tarde, o de consumo. Os Estados teriam a prerrogativa de decretar impostos sobre a exportação de mercadorias de sua própria produção, sobre bens imóveis rurais e urbanos, sobre transmissão de propriedades e sobre indústrias e profissões. Os municípios, em termos reais, não tinham qualquer fonte de renda. Essa política foi altamente favorável aos Estados do Centro Sul, cuja produção cafeeira dominava a pauta de exportações do País, e inversamente desvantajosa para aqueles que, como a Bahia, não tinham perspectiva de enfrentar a crise econômica que, em cheio, atingia a economia de mercado. A produção agrária na Bahia era diversificada (fumo, café, açúcar, cacau), mas nenhum desses produtos tinha valor significativo na pauta de exportações. Em decorrência, a renda gerada pelo setor exportador era diminuta, incapaz de gerar estoques de capital. Além do mais, o Estado perdeu o imposto de importação e não teria chance, dada a forte resistência do setor agrário, de implementar uma política de taxaço de bens imóveis, como havia ocorrido nos Estados do Centro-Sul. Esta situação explica, em parte, a forte resistência à implantação do regime republicano que se manifestou na Bahia.¹⁰

Por outro lado, foi muito lenta a organização da administração pública sob o novo regime político. Somente no Governo Rodrigues Lima, seis anos após a proclamação da República, os serviços públicos estaduais foram ordenados, mediante a criação de quatro secretarias: Secretaria do Tesouro e Fazenda, Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas e Secretaria da Polícia (lei 115, de 16 de agosto de 1895).

Os serviços a cargo da Secretaria do Tesouro e Fazenda foram divididos por duas diretorias: Tesouro e Contabilidade, e Renda, que deveriam funcionar em prédios separados. A primeira continuou no prédio onde funcionava o extinto Tesouro Provincial, na Rua do Pão-de-ló. A Diretoria das Rendas foi instalada em prédios próprios, no Cais Novo, nº 4, mais de um ano depois da promulgação da lei 115. Sua função, no entanto, era muito importante: deveria arrecadar as rendas do Estado, inclusive os impostos de exportação para o exterior ou para outros portos do País – que até então eram cobrados pela Alfândega Federal, por acordo com o Governo do Estado. Em fins de 1896, no Governo Luis Viana, foram criadas, em diferentes zonas do Estado, 144 recebedorias fiscais, ou coletorias, com o objetivo de impedir a evasão de impostos interestaduais. Desse total, 55 eram geridas por exatores afiançados, 2 por exatores que

¹⁰ Consuelo Novais Sampaio, **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**, 2ª ed., Salvador, EDUFBA, 1999, p.31-32.

não haviam ainda prestado fiança e 48 por simples encarregados. As outras nove coletorias foram instaladas posteriormente.¹¹

Essas medidas, contudo, pouco contribuíram para melhorar a situação financeira da Bahia que, por sua vez, espelhava a política oligárquica dominante no período e na qual a figura do coletor desempenhava papel de destaque. Para o chefe político local, o coronel, era fundamental que o coletor fosse de sua facção política; nos moldes da política oligárquica, o pagamento de impostos era considerado não como uma obrigação cívica, mas como uma punição, a ser aplicada, até às últimas conseqüências, aos inimigos políticos. Essa mentalidade permeou todo o período e só recentemente foi modificada.

Em 1905, a carência de recursos financeiros levou o Governo do Estado a unificar na *Secretaria do Estado* os serviços da administração pública que, até então, estavam confiados às quatro secretarias acima mencionadas (lei nº 633, de 29 de dezembro de 1905). Esta Secretaria incorporava seis repartições públicas: Diretoria do Interior, Justiça e Instrução Pública, Diretoria do Tesouro e Fazenda, Diretoria das Rendas, Diretoria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração, e Repartição Central da Polícia.¹²

Durante onze anos (1905-1916) a Secretaria da Fazenda e Tesouro desapareceu do mapa administrativo do Estado. Suas funções foram realizadas pela Diretoria do Tesouro e Fazenda e pela Diretoria das Rendas. Somente em 1916, com a promulgação das leis nº 1129 e 1151, que reorganizaram os serviços da administração pública, a Secretaria da Fazenda e Tesouro voltou a ser parte integrante da máquina estadual. Na década dos 20, o prédio onde ela estava instalada foi demolido para dar lugar a um edifício moderno, de 5 andares, estilo Luis XV, hoje decadente, na Rua Padre Vieira.

Mas, a despeito dessas alterações, a situação de penúria financeira da Bahia não se modificou. O sistema de arrecadação continuou com as mesmas deficiências e com os mesmos vícios do passado. A vinculação do coletor à política partidária em muito prejudicava a arrecadação do Erário. No ano de 1917, por exemplo, enquanto a exportação compreendeu 50% da receita ordinária, as rendas das coletorias atingiram a pouco mais de 12%. No ano de 1919, a porcentagem da renda de exportação sobre a arrecadação total cresceu para 74%.¹³

A tentativa de instituir o imposto rural como fonte de receita do Estado (projeto de lei 94, de 5 de agosto de 1930) foi infrutífera, como havia sido a de implementar o imposto territorial criado em 1925. Nos grandes Estados da Federação esse imposto era, desde a primeira década republicana, importante fonte de arrecadação. Na Bahia, a forte reação dos proprietários de terra não permitiu que ele subsistisse. Em 1929, atendendo as pressões de grandes proprietários rurais, o Governo Vital Soares mandou sustar a cobrança do imposto territorial, justificando ser ele *inadaptável ao meio, indo de encontro a costumes tradicionais da população*.¹⁴

¹¹ **Diário Oficial 1923**, *Repartições depositárias e de arrecadação*, p.503; Rodrigo S.F. Brandão, *Relatório*, 1897, p.63, 77 e 87.

¹² Bahia, **Leis do Estado da Bahia, 1905-1906**.

¹³ Antonio F. Moniz de Aragão, **Mensagem à Assembléia Legislativa**, 1918 e 1919.

¹⁴ Consuelo N. Sampaio, **O Poder Legislativo da Bahia na Primeira República**, Salvador, Assembléia Legislativa, 1985, p.69.

3. Da Revolução de 1930 ao Estado Novo

Nos quinze anos compreendidos entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo, a Bahia, como o Brasil, sofreu as graves conseqüências de dois acontecimentos mundiais da maior magnitude: a crise econômica de 1929 e a II Guerra Mundial (1939-1945).

O desastre econômico-financeiro provocado pela crise de 1929 foi agravado pela instabilidade política e pela inquietação social geradas pela revolução de 1930. Na Bahia, o valor total das exportações, que em 1929 havia sido de £ 8.238, caiu para £ 2.169, em 1933, ponto mais baixo da depressão. O comércio de importação também foi duramente atingido, tanto o exterior quanto o nacional, que abastecia a população baiana com produtos destinados ao consumo diário, e oriundos de outros pontos do País como charque, arroz, feijão, açúcar, cebola, milho, batata etc.

A recessão econômica e a inflação galopante tiveram reflexos imediatos sobre a arrecadação, que sofreu queda abrupta. Praticamente sem recursos, o Estado agiu drasticamente: suspendeu o pagamento da dívida externa (lei nº 9, de 26 novembro de 1936) e decretou a compressão da despesa pública.

A discriminação das rendas estabelecida pela Constituição Federal de 1934 agravou mais ainda a situação financeira da Bahia. De acordo com a nova legislação tributária, posta em vigor a partir de 1º de janeiro de 1936, a competência para a cobrança do imposto de renda sobre capitais aplicados em empréstimos foi transferida do Estado para a União. O imposto de exportação que, bem ou mal, era a principal fonte de receita do Estado, foi sensivelmente reduzido, porque o percentual que incidia sobre a exportação de fumo, couros e peles, passou a constituir fonte de renda dos recém-criados Instituto do Fumo e Instituto da Pecuária.

Os prejuízos que essas alterações acarretaram aos cofres da Bahia cresceram com a redução do imposto sobre a transmissão de imóveis e com a perda do imposto de consumo, que também passou a ser de competência da União. Desse imposto os Estados conservaram apenas a parte que incidia sobre a gasolina e óleos lubrificantes. Cobrado indiretamente, o imposto de consumo, até então, contribuía substancialmente para as rendas da Bahia, cuja estrutura oligárquica e debilidade econômica não permitiam que impostos diretos, que incidiam preferencialmente sobre as classes mais altas como, por exemplo, o territorial e o de rendas, fossem aplicados com sucesso.

Em contrapartida, a nova Constituição estabelecia que o Imposto de Vendas e Consignações, que antes cabia à União, passaria para a esfera estadual. Inicialmente, a Bahia lucrou pouco com esse imposto, por ser de difícil fiscalização e fácil evasão. Mas, já no fim do período, em 1944, quando a economia baiana reagiu ao estímulo da II Guerra Mundial, foi o imposto que mais significativamente contribuiu (25%) para a arrecadação do Estado, bem mais que o imposto de exportação (14,7%) e o de indústrias e profissões (11%). Os demais impostos tinham peso relativo reduzido. O imposto territorial, por exemplo, contribui com apenas 2,9% da arrecadação anual do Estado.¹⁵

¹⁵ Joaquim T. Oliveira, *Alguns elementos sobre o balanço do Estado da Bahia, 1944*, In **Revista Fiscal da Bahia** 1, (nov.1945) p.38.

Em última análise, a nova discriminação das rendas reforçava a tendência centralizadora do Governo Federal e beneficiava os grandes Estados da Federação – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro – cujas receitas também incluíam impostos industriais. Em contraste, o caráter agro-exportador da economia baiana fazia com que o Estado dependesse basicamente do imposto de exportação. A redução substancial desse imposto e a perda praticamente total do imposto de consumo tiveram efeitos catastróficos para a economia baiana.

Há que se destacar ainda que o sistema tributário da Bahia era antiquado e anacrônico. Basta lembrar que, em plena década da revolução modernizadora de 1930, ainda se cobrava o imposto de captação, cujas origens remontavam aos tempos coloniais.¹⁶ Além do mais, a máquina fazendária era por demais emperrada e morosa, haja vista a extrema lentidão com que se procedeu à consolidação de leis e decretos referentes à tributação.

Em decorrência da nova discriminação de rendas de 1934, cada Estado deveria adequar a sua legislação aos novos preceitos constitucionais, sistematizá-la e reuni-la num corpo único de leis. Assim fez, por exemplo, Minas Gerais, que no ano de 1935 já havia organizado o seu Código Tributário. Na Bahia, os trabalhos foram bem mais vagarosos. Somente no ano de 1981 foi elaborado o primeiro Código Tributário do Estado.¹⁷



¹⁶ Mário F. Barbosa, *Relatório do diretor da receita do Estado*, **Diário da Assembléia**, 27 jun. 1935, p.414.

¹⁷ **Diário da Assembléia**, 4 set. 1936, p.1961; Antonio Carlos Magalhães, *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 1981, p.6.

4. Da Redemocratização ao Golpe Militar de 1964

Esse período se abre com o término da II Guerra Mundial e com o restabelecimento do Governo constitucional no Brasil. Após breve período de prosperidade econômica, proveniente da alta cotação do cacau nos últimos anos da guerra, a Bahia sofreu nova crise que, agravada por seca impenitente, destruiu a maior parte da produção agrícola e da pecuária, acelerando o êxodo rural em direção às cidades e ao Sul do País.

Diferente dos Estados do Centro-Sul, de economias diversificadas e relativamente estáveis, porque também alimentadas pelo mercado nacional, a Bahia tinha uma economia (e sistema de tributação) instável, porque dependente tanto do mercado exterior como do interno, e sensível às flutuações da política cambial e monetária do Governo Federal. Em plena metade do século XX, a economia da Bahia ainda guardava nítido ranço colonial: cerca de um quarto da sua renda provinha do comércio de exportação que, por sua vez, dependia, em mais de 60%, de um único produto, o cacau.¹⁸

Além do mais, com a redemocratização e o restabelecimento da ordem legal do País, os diferentes serviços da administração pública tiveram que ser reajustados às novas normas emanadas da Constituição Federal de 1946. Um dos primeiros problemas que o Governo teve de enfrentar foi o da discriminação das rendas, com base no artigo 19 da Constituição Federal que particularizava os tributos da competência dos Estados. Tratava-se de problema que demandava urgência, posto que o artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fixava a data de 1º de janeiro de 1948 para o início da vigência do novo regime tributário.

Corrigindo a Constituição de 1891 e a de 1934, que deixaram os municípios em completa penúria, a nova Carta Magna transferiu para os municípios a parte que cabia ao Estado na arrecadação do imposto sobre indústria e profissões. Além disso, a Constituição de 1946 reduziu ou supriu outras rendas que, até então, eram auferidas pelos cofres estaduais: os impostos sobre transação e inversão de capitais e sobre bebidas alcoólicas; o excedente de 5% da taxa de incidência do imposto sobre exportação; e a parte do imposto que incidia sobre sítios de área não superior a vinte hectares e cultivadas.¹⁹

Desfalcando o Estado das somas provenientes desses impostos, a nova Constituição obrigava-o a assumir deveres e encargos sociais até então negligenciados, principalmente aqueles referentes à educação e à assistência social – o que de certo modo contribuiu para agravar o desequilíbrio de suas finanças.

Para contrabalançar esse desajuste financeiro, o Estado recorreu à majoração do Imposto sobre Vendas e Consignações, cuja taxa de incidência foi elevada de 1,40% para 2,50%.²⁰ Aumentando o imposto que diretamente

¹⁸ Antonio Balbino, *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 1956, p.4

¹⁹ João da Costa Pinto Dantas Jr., *Revista Fiscal da Bahia* 26, (março 1948) p.3-5.

²⁰ Idem, idem.

gravava a circulação da produção, o Estado fazia crescer os encargos fiscais que duramente atingiam as classes menos favorecidas, principalmente aquelas que mais necessitavam do amparo dos poderes públicos.

Passado o curto período de euforia econômica do pós-guerra, a economia baiana entrou em crise, refletindo a queda do cacau no mercado internacional. No ano de 1952, que assinala o ponto crítico da crise econômica, observa-se uma vertiginosa queda na arrecadação dos impostos que, por sua vez, se refletiu na deficiência dos serviços públicos básicos e no progressivo empobrecimento do Estado. Para combater o emperramento da máquina fazendária e tentar soerguer as finanças do Estado, o secretário da Fazenda, Rômulo Almeida, elaborou e pôs em execução um plano de reorganização e reestruturação dos serviços fazendários. Para tanto buscou a colaboração da Universidade Federal da Bahia, através do estabelecimento de um convênio informal entre o Governo do Estado e essa instituição acadêmica.²¹

O projeto de Lei Orgânica da Secretaria da Fazenda, criando melhores condições na organização geral dos seus serviços, permitiu que em 1956 a receita arrecadada fosse 10% superior ao ano precedente. O Imposto sobre Vendas e Consignações já se constituía então na maior fonte de receita do Estado – cerca de 60% da receita arrecadada – sendo seguido à distância pelo imposto sobre os produtos de exportação. De modo geral, o sistema tributário foi simplificado com a eliminação da taxa rodoviária e de algumas incidências da taxa de estatística.²²

Essas medidas, contudo, não foram suficientes para reduzir a instabilidade financeira da Bahia que refletia não apenas o processo inflacionário nacional, as deficiências da legislação e do mecanismo fiscal, mas também o caráter marcadamente colonial da sua economia. De fato, nos anos 60 a economia baiana ainda se baseava na produção e exportação de matérias-primas, sendo que a maior parte dos recursos provenientes dessas atividades eram transferidos para o Centro-Sul do País, através da importação de manufaturados e bens de consumo. Em outras palavras, a Bahia vendia cada vez mais barato, porque dependia das flutuações dos mercados externos, e comprava cada vez mais caro – situação que contribuía para acelerar o seu empobrecimento. Em 1963, a receita tributária do Estado, estimada em pouco mais de 15 bilhões de cruzeiros, não foi suficiente para atender sequer à despesa com o funcionalismo, calculada em mais de 20 bilhões de cruzeiros.²³ A inflação galopante agravou a crise social e a crise política, que desembocaram no golpe militar de 31 de março de 1964.

²¹ Régis Pacheco, *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 1953; Antonio Balbino, *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 1957.

²² Antonio Balbino, *Mensagem...*1957, *Mensagem...* 1954. e *Mensagem...* 1956.

²³ Antonio Lomanto Junior, *Discurso de Posse*, In *Diário Oficial*, 8 abr. 1963, p.2

5. De 1964 à Nova República

Até o final da década de 1960, a economia baiana, tradicionalmente dependente da exportação de produtos agrícolas, principalmente do cacau, continuou a operar abaixo do nível de produtividade. O saldo positivo do comércio exterior da Bahia conferia-lhe a condição de grande produtora de divisas para o País, assim como a de excelente mercado consumidor para os Estados do Centro-Sul. No período de Janeiro a outubro de 1963, o valor das exportações foi de US\$ 74,000.00 e o das importações US\$ 40,300.00.²⁴

Projitou-se corrigir o quadro tradicional de desemprego estrutural, de instabilidade na formação de rendas e evasão de poupanças – características da economia baiana – mediante a implantação de parque industrial médio e pesado. Com efeito, a criação do Centro Industrial de Aratu (decreto nº 19.332, de 3 de novembro de 1964) assinala a arrancada da Bahia para o desenvolvimento industrial, numa fase de expansão do capitalismo oligopólio.

Mas os efeitos positivos que, em princípios, esse esforço de industrialização poderiam proporcionar ao Estado da Bahia, foram em parte anulados pela reforma tributária de 1965 que fortaleceu o poder da União em detrimento dos Estados. De fato, a despeito das recomendações da 3ª Conferência de Governadores e das resoluções do Encontro de Secretários da Fazenda do Norte e Nordeste – reforçaram a necessidade de o imposto de exportação ser mantido na área de competência tributária dos Estados – o Congresso Nacional promulgou (nov. 1965) a Emenda Constitucional nº 18 que, reformando o sistema tributário nacional, determinou que, a partir de 1º de janeiro de 1966, o Estado não mais teria competência para cobrar o imposto de exportação, que passaria para a alçada da União.

Esse dispositivo constitucional que expressava excessiva centralização, causou desfalque considerável ao Erário estadual. O imposto de exportação respondia, então, por mais de 10% da receita do Estado. De acordo com a Mensagem do Governador Lomanto Junior, em 1965, as maiores fontes de renda da Bahia eram:

Imposto sobre Vendas e Consignações.....	83,60%
Imposto de Exportação.....	10,47%
Outros Impostos.....	2,67%
Taxa de Estatística.....	2,92%
Outras Taxas.....	0,34%
Total.....	100%

²⁴ Antonio Lomanto Junior, *Mensagem...* In **A Tarde**, 8 abril 1965, p.2

Procurando minimizar as dificuldades financeiras que a perda da segunda maior fonte de rendas causou ao Estado, o governo decidiu expandir a área de ação do fisco, a fim de reduzir a sonegação das atividades marginalizadas pelas distâncias ou pela falta de aparelhagem fiscal. Para tanto empreendeu uma verdadeira reforma administrativa no setor fazendário, aperfeiçoando e racionalizando o seu funcionamento. O resultado foi positivo, com o aumento de 56% na receita.²⁵

Mas outra grande modificação – a substituição do Imposto sobre Vendas e Consignações pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias – foi introduzida no sistema tributário nacional, no ano de 1967. Essa substituição afetou grandemente as finanças dos Estados, porque o ICM foi introduzido com o objetivo declarado de reduzir a carga tributária, através da eliminação do caráter cumulativo do antigo Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC).

Contudo, o comportamento ascendente da economia e a maior eficiência da máquina arrecadadora e fiscalizadora do Estado permitiram que, superado o primeiro impacto, a receita tributária do Estado triplicasse no período de 1966 a 1969. Nesse ano, as instalações da Secretaria da Fazenda foram transferidas para amplo edifício, o que permitiu a centralização dos seus serviços.²⁶

Os anos subseqüentes foram de progresso econômico, com o conseqüente crescimento da receita arrecadada. O Centro Industrial de Aratu entrou em franca expansão e, em 1973, o segundo Pólo Petroquímico Nacional foi instalado no Recôncavo, beneficiando-se da proximidade da refinaria de petróleo Landulfo Alves. No ano de 1977 a arrecadação do ICM havia crescido, em termos reais, à taxa de 27,3% e, em termos nominais, a 83,0% – o que contribuiu para arrefecer as conseqüências das restrições impostas pelas autoridades federais para as novas operações de crédito.²⁷

No âmbito nacional, a Bahia foi o Estado cujo ICM teve o maior crescimento relativo, aumentando a sua participação de 2,55% em 1971 para 4,35% em 1981, e 5,63% em 1984, ocupando então o 6º lugar entre os Estados de maior arrecadação. Em 1981, a Secretaria da Fazenda completou a formação do **Sistema Financeiro Estadual**, com a organização das Inspetorias Setoriais de Finanças que não haviam sido ainda instaladas, passando a funcionar esse sistema no ano seguinte, através do *Projeto Despesa*, com uso de computador de grande porte. Foram elaboradas e promove-se a aplicação das novas *Normas de Administração Financeira do Estado*. Ingressando definitivamente na era da informática, a Secretaria da Fazenda implantou vários sistemas via computador, destacando-se o *Sistema de Arrecadação* – permitiu controle mais efetivo e rápido das receitas estaduais – e o *Sistema de Conta Corrente Fiscal* – tornou mais eficiente o controle sobre os contribuintes. O ano de 1981 marca também a elaboração, após décadas de espera, do primeiro **Código Tributário do Estado**. Além de várias inovações técnicas, o Código reduziu e classificou as multas, enfatizando a ação preventiva e melhorando o relacionamento Fisco-Contribuinte.²⁸

²⁵ Lomanto Junior, *Mensagem...*1966, p.14 e *Mensagem...* 1967, p.17

²⁶ Luis Viana Filho, *Mensagem...* 1970, p.49-50.

²⁷ Roberto Santos, *Mensagem...* 1977, *Relatório da Secretaria da Fazenda*, p.3-4.

²⁸ Antonio Carlos Magalhães, *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 1979; João Durval Carneiro, *Mensagem...* 1985, p.238.

O agravamento da crise econômica mundial, aliado à política monetarista do Governo Federal, teve efeitos desastrosos para o País. A crescente centralização do Governo Federal levou a Secretaria da Fazenda da Bahia a promover (1983) o *Encontro dos Secretários da Fazenda ou Finanças dos Estados das Regiões Norte e Nordeste*, com o objetivo de discutir o tratamento a ser dispensado a essas regiões, de modo a informar a projetada Reforma do Sistema Tributário. Em decorrência de documento gerado nesse encontro e posteriores manifestações na Câmara Federal, o Congresso Nacional aprovou a chamada *Emenda Passos Porto* que, entre outras medidas, estabeleceu o aumento gradual de participação dos Estados e Municípios na arrecadação do IUCL – Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos e o aumento de incidência do ICM, que passou a abranger os bens de capital importados.²⁹

Em 1985, a economia baiana refletindo o comportamento da nacional, ainda se mantinha numa conjuntura de forte recessão. O ICM continuou a ser a principal fonte de receita do Tesouro, respondendo por cerca de 96% da Receita Tributária do Estado. A maior parte deste percentual provinha do seu parque industrial, numa demonstração de que o processo de industrialização estava em franco progresso.

²⁹ João Durval Carneiro, *Mensagem à Assembléia Legislativa*, 1984, p.237.



UM MILHÃO DE REIS

10000

10000

ANNO 1905

Nº 10900

POLICE DA DIVIDA



ESTADUAL DA CAPITAL REIS:000\$000

JURO 5% AO ANNO

JURO 5% AO ANNO

EMIÇÃO ÚNICA

EMIÇÃO ÚNICA



BAHIA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

Posuidor desta Police. Nº 10900
de valor de um conto de reis de...
em favor do Estado da Bahia, após a primeira quitação da soma de...
rende e obter mil reis por cento de 5% ao anno sobre o valor...
de 5% da exportação de minas...

Actuário de Fazenda e Trez. do Estado da Bahia, 20 de julho de 1905

O Secretário de Fazenda

O Director de Fazenda

O Escrivão Fiscal

Antônio Carlos de Albuquerque

Maurício de Sá

10000

10000

10000000

6. Plano Cruzado ao Plano Real

Com a mobilização em torno da elaboração da nova Constituição Federal, o Brasil experimentou uma fase de abertura política e de restauração do ambiente democrático em meados da década de 1980. Na área econômica, contudo, o país atravessava uma crise sem precedentes, agravada por inflação galopante. Pretendendo conter a crise financeira, o Governo José Sarney pôs em prática o *Plano Cruzado* – solução extrema, que incluía o congelamento de preços e salários. Seguiu-se uma euforia de consumo que provocou grave crise de abastecimento, resultante da disputa por produtos que rapidamente sumiam das prateleiras dos mercados. Nessa situação, os brasileiros conheceram o *ágio*, uma quantia a mais que se pagava sobre o preço tabelado, contrariando as regras de congelamento estabelecidas pelo plano.

Embora a Bahia fosse um Estado em processo de industrialização, sua economia ainda dependia da exportação de poucos produtos. O cacau, sozinho, representava cerca de 45% do PIB agrícola, enquanto as indústrias química e petroquímica participavam com mais de 50% do valor bruto da produção industrial do Estado. Assim, a Bahia precisou importar bens de consumo, inclusive alimentos, de outras regiões do país, principalmente de São Paulo. Para burlar o congelamento, fornecedores vendiam produtos *maquiados*, ou seja, criavam pequenas mudanças para fazê-los passar por novos produtos, com o objetivo de lançá-los com preço maior do que o original. A indústria petroquímica, maior geradora de riqueza da Bahia, não tinha como simular alterações em seus produtos, que permaneceram com preço efetivamente congelado. A Bahia comprava bens de consumo com preço aumentado (através do *ágio* ou do apelo à *maquiagem*) de São Paulo, mas vendia petroquímicos para a indústria paulista a preço fixo, o que causou desequilíbrio nas relações comerciais interestaduais.

Ao mesmo tempo, as despesas cresciam. Na conversão dos salários para a nova moeda, o *Plano Cruzado* havia concedido para todos os trabalhadores um abono de 8% sobre o salário médio dos últimos seis meses, e também um aumento de 16% no salário mínimo. Esse abono pesou nas finanças estaduais, já abaladas com o custo de uma obra de grande porte realizada durante o Governo João Durval, o **Projeto Pedra do Cavalo**. Com custo estimado em 800 milhões de dólares, e sem receita suficiente para fazer face a despesas crescentes, o governo tomou empréstimos. Em 1986, a Bahia gastou 16,6% da receita tributária estadual somente para pagar a amortização do principal da dívida³⁰. Embora considerada de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado, a construção da barragem de Pedra do Cavalo gerou grande endividamento que, durante anos se refletiu no equilíbrio financeiro do Estado.³¹

³⁰ João Durval Carneiro, *Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado*, 1º de março de 1987, p.4, 5, 35 e 36. Fernando H. Barbosa, *Plano Cruzado*, In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*, 2ª ed. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, p.4707-4709.

³¹ Waldir Pires, *Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado*, 1º de março de 1988, p.XIII.

O fracasso do Plano Cruzado levou o Brasil a uma crise mais aguda e a uma disparada do processo inflacionário. No fim da década de 1980, o País conheceu uma seqüência de pacotes econômicos radicais, sempre seguidos de descontrolada inflação. Inserida no contexto nacional e internacional, a economia baiana sofria essas oscilações, com períodos de expansão do consumo, alternados por períodos de forte recessão. Além disso, o perfil econômico do Estado tornava-o vulnerável a fatores externos. As secas que atingiam periodicamente a agropecuária, e as variações no preço do cacau e dos produtos petroquímicos abalaram profundamente as finanças do Estado.

O Governo de Waldir Pires, que tomou posse em 1987, promoveu algumas mudanças administrativas na Secretaria de Fazenda, entre elas a extinção da Escola de Administração Fazendária (EAF), órgão responsável pelo treinamento dos servidores dessa área. Tal responsabilidade foi transferida para a Fundação para o Desenvolvimento do Servidor Público (Fundesp). Outra mudança foi a subordinação à Secretaria da Fazenda do Banco do Estado da Bahia (Baneb). Também foi lançado um plano de metas específico para a Secretaria da Fazenda. Algumas prioridades desse plano foram a implantação efetiva do Sistema de Caixa Único, a informatização do sistema financeiro da administração estadual, a regularização dos salários do funcionalismo e a renegociação das dívidas do Estado.

A Bahia, contudo, prosseguia com sérias dificuldades financeiras. Em 1987, a recessão que se seguiu ao Plano Cruzado fez com que todos os estados brasileiros perdessem arrecadação. A SEFAZ registrou uma queda brusca de 15% na receita do ICM baiano em relação ao ano anterior. A situação não melhorou muito em 1988, quando a arrecadação teve apenas um pequeno crescimento de 2,5%. A inflação fora de controle exigia constantes aumentos nos vencimentos dos servidores estaduais, os chamados *gatilhos salariais*. Sem dinheiro suficiente, o governo resolveu atrelar os reajustes à variação da receita tributária. De acordo com essa política, quando a arrecadação do ICM registrasse acréscimo (o que, como se viu, não acontecia todo ano), 80% da quantia arrecadada seriam destinados a corrigir os salários do funcionalismo. Em 1989, durante o Governo Nilo Coelho – na qualidade de Vice-Governador substituiu Waldir Pires quando este deixou o cargo para candidatar-se à Vice-Presidência da República – os reajustes já consumiam 100% do ICMS. Para cobrir *gastos com custeio, investimentos e encargos da dívida, o governo teve de recorrer a transferências federais, empréstimos e outras receitas do Estado*, nas palavras do próprio governador³². Ainda assim, os salários estavam defasados e os servidores insatisfeitos. Cerca da metade das 87 greves, ocorridas na Bahia naquele ano, foi de funcionários públicos, de acordo com dados do próprio governo.

A nova Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, trouxe algum alívio às finanças estaduais. Até então, praticamente a única receita própria dos estados era o ICM que, na Bahia, correspondia a mais de 95% dos recursos arrecadados. Outros tributos, como o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA), criado em 1985, tinham participação pouco expressiva na receita estadual.³³

³² Nilo Coelho, *Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado*, p.XVI.

³³ João Durval Carneiro, *Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado*, 1º de março de 1987, p.35.

A discriminação tributária estabelecida pela nova Constituição transformou o antigo ICM em ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). Com esse componente a mais, o novo imposto incorporou ao antigo ICM vários impostos antes arrecadados pela União, como os chamados impostos únicos, referentes a atividades como mineração e comércio de combustíveis. Em janeiro de 1989, quando começaram a ser cobrados pelo Estado, esses impostos foram responsáveis por apenas 2,6% da receita tributária baiana. No fim desse mesmo ano, porém, já representavam quase 10% da arrecadação do Estado.³⁴

Outra mudança importante contida na nova Constituição foi o aumento de 12% no Fundo de Participação dos Estados (FPE), ou seja, nas transferências obrigatórias de recursos da União para os Estados. A Constituição Federal também permitiu aos Estados criar novos tributos, assim que eles elaborassem e promulgassem suas constituições.

Entretantes, a economia do País continuava atormentada pela inflação que, em março de 1990, atingiu a marca recorde de 70% ao mês. O auge da crise gerou o mais violento choque econômico sofrido pelo brasileiro: o **Plano Brasil Novo** (mais conhecido como Plano Collor), implantado pelo recém-eleito Presidente Fernando Collor de Melo e que previa, entre outras coisas, o confisco das poupanças bancárias dos cidadãos. O radicalismo da medida provocou recessão e não produziu qualquer benefício para o País, nem para o povo brasileiro. A inflação só foi debelada em 1994, através de um plano implantado de maneira gradual, o **Plano Real**.

³⁴ Nilo Coelho, **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado**, 1989. *Relatório da Secretaria da Fazenda*, p.16.

ESTADO DA BAHIA

500.000

ANNO 1929

Nº 162107

500.000

APOLICE DA UNIFICAÇÃO DA DIVIDA DA BAHIA INTERNA

R\$ 500.000

JUROS: 6% AO ANNO



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(EMISSÃO ESPECIAL, AUTORIZADA PELAS LEIS Nº 1367 DE 17 DE AGOSTO DE 1922 E 2154 DE 8 DE MAIO DE 1929.)

O Portador desta Apolice, número 162107, por valor de QUINHENTOS MIL REIS desta emissão especial, receberá semestralmente do Estado da Bahia, sua primeira quinquena de Janeiro e Julho de cada anno a quantia de QUINZE MIL REIS, e os juros sobre o dito valor, até a occorrença do resgate, que se effectuará semestralmente na capital e emissoes pelo valor nominal das apolices, tudo de conformidade com as leis numero 1367 de 17 de Agosto de 1922 e 2154 de 8 de Maio de 1929.

Secretaria da Fazenda e Thesouro do Estado da Bahia, de _____ de 1929

O SECRETARIO DA FAZENDA
Eduardo de S. Coutinho

O DIRECTOR DA RECEITA
Walcarr

7. Globalização e novos desafios

Com a inflação sob controle, o Brasil encontrava-se diante de novos desafios. A abertura da economia, iniciada na época de Collor e aprofundada pelos seus sucessores, colocara o Brasil definitivamente na era da globalização. A economia mundial tornara-se mais dinâmica, integrada e competitiva. Nesse contexto, era preciso que o País gerasse um grande volume de divisas, devendo para isso voltar-se prioritariamente para as exportações. Continuava, no entanto, dependente do capital estrangeiro, atraído para o País mediante altas taxas de juros.

Na Bahia, o início da década de 1990 marcou também o retorno ao poder do grupo político ligado a Antonio Carlos Magalhães, que substituiu Nilo Coelho no governo. Esse grupo, que desde então tem governado o Estado, propôs a diversificação e verticalização de suas atividades produtivas, com ênfase na produção de bens de consumo final, ou seja, produtos usados pelos consumidores, como automóveis, computadores e calçados. Na **Mensagem de 1998**, o Governador Paulo Souto anunciou o *início de um novo ciclo de desenvolvimento*, destacando que o setor industrial, *embora ainda concentrado na produção de bens intermediários, começa a apresentar um novo perfil, em decorrência da implantação de dezenas de fábricas produtoras de bens de consumo final*.³⁵ A Secretaria da Fazenda desempenhou relevante papel nesse processo, visto que a principal estratégia para atrair novas indústrias foi a adoção de uma firme política de incentivos fiscais.

Um dos resultados positivos dessa nova política foi a instalação de uma fábrica de automóveis Ford no município de Camaçari, objeto de acirrada disputa com o Governo do Rio Grande do Sul, que também negociava com a empresa. A batalha pela Ford teve repercussão nacional, sendo um episódio típico da chamada *guerra fiscal* entre as unidades da Federação, em que Estados em processo de industrialização, como a Bahia, decidiram usar a redução ou mesmo isenção de impostos para atrair investimentos que normalmente seriam destinados a Estados mais industrializados, como São Paulo.

Além da Ford, a multinacional Monsanto também instalou uma fábrica de herbicidas e fertilizantes agrícolas em Camaçari, com investimento inicial de 500 milhões de dólares. A política de renúncia fiscal atraiu empresas de outras áreas. Várias companhias produtoras de calçados, como as gaúchas *Azaléia*, *Via Uno* e *Calçados Bibi*, instalaram 52 fábricas em municípios do interior baiano, formando o novo pólo calçadista no Estado. Em Ilhéus, surgiu o pólo de informática, com diversas fábricas de computador e, no Sul do Estado, um importante pólo de papel e celulose. Para atender a micro e pequenas empresas, a Secretaria da Fazenda lançou (1998) o Regime Simplificado de Apuração e Pagamento do ICMS (Simbahia), que estabeleceu uma redução da alíquota do imposto de 17% para até 1%, de forma escalonada, com o objetivo de beneficiá-las.

³⁵ Paulo Souto, **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado**, 16 de fevereiro de 1998.

O chamado grupo *carlista*, que governou a Bahia a partir de 1991, pôs em curso um processo de reformulação do papel do Estado, de acordo com os princípios da doutrina econômica neoliberal vigente. Buscou-se adaptar a administração burocrática tradicional a um modelo de Estado gestor, concebido sob paradigmas de produtividade e eficiência, típicos do setor privado. O cidadão passou a ser visto como contribuinte e cliente do Estado. A aplicação desses princípios deu origem a um programa governamental que se tornou referência nacional e internacionalmente, o Serviço de Atendimento do Cidadão (SAC), criado em 1995. Na referida Mensagem de 1998, o Governador informou que o Governo Federal, a Organização das Nações Unidas e cinco países africanos de língua portuguesa estavam interessados em adotar programas semelhantes ao SAC.

O projeto político-econômico desse grupo incluía, também, um amplo programa de privatizações. A justificativa era de que o Estado deveria deixar de atuar nos setores em que não era tão competitivo, para se concentrar em outros onde a ação estatal se fazia mais necessária, especialmente em setores sociais, como educação e saúde. Com esse argumento, foram vendidas empresas públicas importantes, como a Coelba e o Baneb. O Desenbanco, por sua vez, deixou de ser banco para transformar-se em agência de fomento, a Desenhahia.

O saneamento financeiro tornou-se prioridade maior, e a administração não teve dificuldades em adaptar o Estado ao limite de 60% da receita líquida para a folha de pessoal, conforme preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Além de estabelecer vários limites para gastos e endividamento do Estado, conferiu-lhe a obrigação de prestar contas ao cidadão, de modo transparente, exigência que o Estado vem cumprindo inclusive com uso da Internet. Os reajustes salariais dos servidores foram condicionados à disponibilidade de recursos no Tesouro Estadual. Outra medida visando controlar os gastos foi a criação do **Funprev**, Fundo de Previdência dos Funcionários Públicos Estaduais. Instituído bem antes da reforma da previdência federal, esse fundo estabeleceu a contribuição dos inativos para suas aposentadorias.

O controle rígido sobre as finanças permitiu que o Estado se submetesse, em 1997, a uma avaliação de risco (*rating*) por agências internacionais. Nessa avaliação, a Bahia obteve a mesma classificação de risco da União, teto máximo permitido a um Estado da Federação. Em decorrência, foi pré-qualificada para emitir títulos no exterior. Empréstimos fora do País foram tomados, especialmente através de financiamentos de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD). Esses organismos internacionais financiaram projetos como o *Bahia Azul*, voltado para o saneamento, a *Reforma do Centro Histórico de Salvador* e o programa *Corredores Rodoviários*, centrado no melhoramento das estradas estaduais. O BID também foi o principal financiador do Programa de Modernização da Administração Fazendária, o **Promosefaz**, iniciado em 1997, com investimento de 41,8 milhões de dólares (incluindo a contrapartida com recursos próprios do Estado), cujo objetivo principal era aumentar a arrecadação, melhorar a eficiência da Secretaria e proporcionar melhor atendimento ao contribuinte.³⁶

³⁶ Paulo Souto, **Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado**, 16 de fevereiro de 1998. Capítulo anexo, intitulado *Reforma e Modernização do Estado*, p.20.

Um dos meios para alcançar essas metas foi intensificar a informatização da Secretaria. Nas últimas duas décadas, o acesso crescente à informática havia possibilitado controle cada vez maior sobre as mercadorias que circulam no Estado, dificultando a sonegação. Recentemente, os recursos digitais melhoraram também a comunicação com o contribuinte, principalmente através da *internet*. A Secretaria aprimorou sua página na rede mundial de computadores através do projeto *Sefaz 100% Internet*.

Outro projeto importante da Secretaria da Fazenda é o *Programa de Educação Tributária* (PET/Bahia), lançado em 1999, que visa conscientizar a população sobre a importância de exigir-se a nota fiscal. Notas e cupons fiscais foram trocados por ingressos para eventos culturais na campanha *Sua Nota é um Show*, ou revertidos para projetos de assistência social, na campanha *Sua Nota é um Show de Solidariedade*. O *FazUniversitário*, outra vertente do PET, oferece incentivos fiscais a empresas que se disponham a conceder bolsa-de-estudo para que alunos de baixa renda possam fazer cursos de nível superior, que se uniram aos Programas já em execução, Fazcultura e Fazatleta, de incentivo às artes e a literatura, e aos esportes da Bahia.

Como resultado dessa política, o ICMS mantém nos últimos anos tendência de crescimento real e continua sendo o principal imposto do Estado, responsável por 91,27% das receitas tributárias da Bahia em 2004. Além do ICMS, a arrecadação baiana de 2004 incluiu o IPVA (2,9%), o imposto de renda recolhido pelo Estado (2,83%) e o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, ITCD (0,21%), além de taxas (2,80%).³⁷

A Bahia, hoje, tem um parque industrial mais diversificado e menos concentrado na Capital do que na década anterior, além de uma agro-indústria desenvolvida e mecanizada, principalmente no Oeste e Sul do Estado. O desenvolvimento econômico garantiu à Bahia participação mais ativa no mundo globalizado como exportadora, não somente de petroquímicos e cacau (que prevaleciam na década de 1980), mas também de automóveis, soja, frutas, entre outros produtos. O equilíbrio financeiro permitiu que o Estado recebesse financiamentos de órgãos nacionais e de instituições internacionais, especialmente para programas sociais. Mas a despeito de todo o progresso que tem alcançado, a Bahia ainda convive com problemas estruturais graves como a concentração de renda, situação que tende a ser minimizada com a política de crescimento econômico sustentado que vem sendo implementada.

³⁷ Secretaria da Fazenda, www.sefaz.ba.gov.br, página *Prestando Contas ao Cidadão*. As taxas referidas são a Taxa do Poder de Polícia (TPP) e a Taxa Prestação de Serviços (TPS). Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI), www.sei.ba.gov.br, página *Consultas ao Banco de Dados*.

Biografias - Secretários da Fazenda

JOÃO MOREIRA DE CESAR PINHO

(1895-1896) Governo Rodrigues Lima



Filho de Coronel Antonio Joaquim Moreira de Pinho e de Camila Ferreira França Moreira de Pinho, nasceu na cidade de Salvador, no dia 2 de novembro de 1845.

Ingressou no funcionalismo público como chefe de seção da Secretaria do Governo, passando depois a Inspetor e Diretor do Tesouro do Estado, cargo em que se aposentou.

Em agosto de 1895 foi nomeado pelo Governador Rodrigues Lima para chefiar a recém-criada Secretaria do Tesouro e Fazenda do Estado (lei nº 115, de 16 de agosto de 1895). Esteve à frente desta Secretaria até 28 de maio de 1896. Eleito Senador Estadual, desempenhou o respectivo mandato por dois períodos consecutivos, 7 de abril de 1901 a igual data de 1913.

No Governo do Presidente Epitácio Pessoa (1918-1922) foi Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal, na Bahia.

Faleceu em Salvador a 31 de dezembro de 1930.

(Fonte: Revista Fiscal da Bahia XXX (jul. 1948))

RODRIGO ANTONIO DE FALCÃO BRANDÃO

(1896-1899) Governo Luis Viana



Filho de José Pires de Falcão Brandão e de Maria Augusta da Rocha Bastos, nasceu na cidade de Santo Amaro, em 13 de janeiro de 1865. Doutorou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1879.

No Império, desempenhou o mandato de Deputado Provincial no biênio 1888-1889, e na República o de Deputado Estadual em dois períodos legislativos (1893-1894 e 1895-1896). Interrompeu o último mandato legislativo a 30 de maio de 1896 para exercer o cargo de **Secretário da Fazenda** no Governo Luis Viana (30 de maio de 1896 a 2 de setembro de 1899).

Faleceu em Santo Amaro a 11 de fevereiro de 1911.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XXXI** (ago. 1948))

TEÓFILO BORGES FALCÃO

(1899-1900) Governo Luis Viana

(1924-1928) Governo Góes Calmon

(1932-1934) Governo Juracy Magalhães



Filho de Teófilo Borges Falcão e Maria Carolina Borges Falcão, nasceu na cidade de São Gonçalo dos Campos, em 13 de março de 1870.

Bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife, no ano de 1891, dando início a uma longa carreira profissional, ocupando os cargos de Promotor Público das Comarcas de Caetité, Serrinha e Feira de Santana; Diretor das Rendas do Estado da Bahia (1897-1928), Secretário Geral do Estado (jan.-mar. 1912) no Governo Bráulio Xavier; Diretor da Receita Pública do Estado (1928-1934) e Conselheiro do Tribunal de Contas de 1934 a 1937, ano em que se aposentou. Exerceu ainda o cargo de Comissário de Polícia de Salvador, no Governo Luis Viana (1896-1900).

Desempenhou várias missões, destacando-se a de representante do Estado da Bahia no Convênio do Café, celebrado em São Paulo, no ano de 1927. Foi Presidente da Comissão Especial criada no Governo Artur Neiva (decreto nº 7310, de 19 de março de 1931) para estudar o sistema tributário da Bahia.

Além de artigos publicados sob o pseudônimo de *Civis e Thiers* no jornal **A Tarde**, deixou vários trabalhos, dentre os quais se destaca: *Atividade Comercial da Bahia da Colônia aos nossos dias*, in **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Ed. Especial do Centenário, 1923, publicação *fac-simile*, Fundação Pedro Calmon, 2004.

Esteve à frente da **Secretaria da Fazenda** por três vezes: no Governo Luis Viana (3 set. 1899 a 28 mai. 1900), no Governo Góes Calmon (29 mar. 1924 a 29 mar. 1928), no Governo Juracy Magalhães (28 jun. 1932 a 12 dez. 1934).

Faleceu em Salvador, a 11 de maio de 1941.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XXXII** (set. 1948); **Revista da Economia e Finanças 4**, (1952) p. 222)

JOSÉ DE OLIVEIRA LEITE

(1900-1902) Governo Severino Vieira



Filho do Tenente Coronel João de Oliveira Leite, Barão do Timbó, e de Joaquina Hermelina da Costa Leite, nasceu na Vila do Conde, em 6 de fevereiro de 1869.

Diplomou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de Recife, em 3 de novembro de 1889. No Governo Manoel Vitorino Pereira ingressou no Ministério Público como Promotor Público da Comarca de Caetité; em seguida, no Governo de Marechal Hermes da Fonseca, foi nomeado Juiz Municipal de Órfãos da mesma comarca, da qual foi removido a pedido do Governador José Gonçalves para o termo de Capim Grosso, por relevante serviço prestado à causa pública.

Por ocasião da nova organização da magistratura da Bahia, em 1892, foi nomeado Juiz Preparador de Salvador, cargo que exerceu por mais de dois anos e ao qual renunciou para dedicar-se à advocacia no Estado de São Paulo.

Regressou à Bahia para assumir o cargo de **Secretário da Fazenda** no Governo Severino Vieira. Exerceu essa função a partir de 28 de maio de 1900 até o seu falecimento, ocorrido em Salvador, 10 de maio de 1902.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XXXIII** (out. 1948); **Jornal de Notícias**, 5 de junho de 1900)

ANTONIO DE SOUZA DANTAS

(1902-1904) Governo Severino Vieira



Filho do Tenente Coronel José Teodosio de Souza e de Ana Maria de Jesus Dantas, nasceu no município de Alagoinhas, em 15 de junho de 1835.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 18 de dezembro de 1858, ingressou no Corpo de Saúde do Exército (8 de maio de 1861) no posto de 2º tenente cirurgião. Foi subseqüentemente promovido aos diversos escalões da corporação, até apontar-se em 25 de agosto de 1890, no posto de General de Divisão. Ocupou também o cargo de gerente da Navegação Baiana. Fez toda a campanha do Paraguai e foi membro da Comissão de Limites com a Venezuela, recebendo pelos relevantes serviços prestados várias condecorações: Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo; Cavaleiro e Oficial da Ordem da Rosa; Cavaleiro e Oficial da Ordem de São Bento de Aviz, além de medalhas concedidas pelo Governo do Brasil, do Uruguai e da Argentina, por sua participação na Guerra do Paraguai.

Foi **Secretário da Fazenda** no período de 28 de junho de 1902 a 23 de maio de 1904, no Governo Severino Vieira.

Faleceu no Município de Alagoinhas, em 16 de março de 1918.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XXXIV** (nov. 1948))

JOÃO PEDRO DOS SANTOS

(1904-1905) Governo José Marcelino



Filho de Dr. Pedro Joaquim dos Santos e de Emilia de Souza Lessa Santos, nasceu na cidade do Salvador, no dia 15 de outubro de 1871. Diplomou-se pela Faculdade de Direito de Recife, no ano de 1891, e iniciou carreira como Promotor Público da Comarca de Nazaré, afastando-se do tribunal para exercer as funções de oficial de gabinete do Governo Rodrigues Lima.

Ocupou sucessivamente os cargos de Diretor da Secretaria de Segurança; Secretário da Segurança, no Governo de Severino Vieira (26 set. 1902 a 28 mai. 1904); Deputado Federal nas legislaturas de 1906-1908, 1923-1925, 1926-1928 e 1929-1930; Secretário do Interior e Justiça, no Governo Juracy Magalhães (3 ago. 1934 a 27 ago. 1935) e Conselheiro do Tribunal de Contas de 27 de agosto de 1935 a 24 de dezembro de 1937, quando se aposentou.

Foi **Secretário da Fazenda** de 28 de maio de 1904 a 28 de outubro de 1905, no Governo José Marcelino.

Financista de reputado valor e jurista de grande mérito, emitiu pareceres na Comissão de Justiça da Câmara Federal e advogou durante muitos anos nos auditórios da Comarca de Salvador. Dirigiu o Banco da Lavoura, depois transformado em Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola.

Faleceu em Salvador aos 28 de janeiro de 1946.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XXXV** (dez. 1948))

ALEXANDRE DOS REIS ARAÚJO GÓIS

(1905) Governo José Marcelino



Filho do Capitão Manoel José dos Reis Araújo Góis e de Guiomar Joaquina dos Reis Góis, nasceu no Município de Catu, em 16 de junho de 1859.

Formado em Engenharia Civil em março de 1886, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ocupou dentre outros cargos e comissões relacionados à sua profissão, os de condutor, ajudante de 1ª classe e chefe de seção da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco; engenheiro chefe da rodovia Sítio Novo – Mundo Novo; engenheiro dos trabalhos hidroelétricos do Paraguaçu; inspetor das Obras Públicas do Estado, função em que se aposentou. Colaborou assiduamente na imprensa e deixou trabalhos publicados.

Foi diretor da Contabilidade do Estado e depois **Secretário da Fazenda**, no Governo José Marcelino, no período de 28 de outubro a 29 de dezembro de 1905. Porém, desde 31 de agosto deste mesmo ano, já chefiava, interinamente, a pasta da Fazenda. Foi o último titular desta Secretaria, na sua primeira fase.

Faleceu em Salvador aos 27 de março de 1939.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XXXVI** (jan. 1949))

JOÃO GONÇALVES TOURINHO

(1906-1920) Governo José Marcelino
Governo Araújo Pinho
Governo J. J. Seabra
Governo Antonio Moniz



Filho do Capitão João Gonçalves Tourinho e de Caetana Olimpiada de Moraes Tourinho, nasceu em Salvador, em 26 de outubro de 1866.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, no ano de 1887. Voltando à Bahia, exerceu a função de Promotor Público e a de Juiz Preparador de Lençóis e de Vila Nova da Rainha (hoje Bonfim). Com a proclamação da República foi nomeado Juiz Preparador do Tribunal de Primeira Instância, exercendo depois as funções de membro do extinto Tribunal de Conflitos como representante da Câmara de Deputados do Estado.

Com a unificação das Secretarias de Estado e conseqüente desaparecimento da Secretaria da Fazenda (1905) foi nomeado Diretor efetivo do Tesouro e da Fazenda pelo então Governador José Marcelino de Souza. Exerceu essa função nos sucessivos Governos de Araújo Pinho e J. J. Seabra e, no decorrer do período, exerceu interinamente o cargo de Secretário Geral do Estado. Ao serem reorganizadas as Secretarias em 1916, no Governo Antonio Moniz, ocupou o cargo de **Secretário da Fazenda** até o ano de 1920. Então, voltou a advogar, até 25 de setembro de 1921, data em que faleceu, na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontrava em tratamento de saúde.

Participou de várias instituições religiosas, assistenciais e culturais, como Ministro da Ordem Terceira de São Francisco, Escrivão da Mesa Administradora da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim e Vice-Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual foi um dos sócios-fundadores. Quando da deposição do Governador José Gonçalves (1891) publicou *História da Sedição na Bahia*.

(Fonte: **Revista do Instituto Genealógico da Bahia** 17 (1971) p.151-152; entrevista com o Sr. José Vicente Gonçalves Tourinho, filho de José Gonçalves Tourinho, em junho de 1985)

MANOEL MATOS CORREA MENEZES

(1920-1921) Governo J. J. Seabra

(1931-1932) Governo Juracy Magalhães



Filho de Dr. Luis Barreto Correa de Menezes e Maria da Fé Matos Correa de Menezes, nasceu na cidade do Salvador em 6 de maio de 1878.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia, em março de 1902 e seguiu para o Estado do Ceará, onde exerceu os cargos de Juiz Substituto e Juiz de Direito da Comarca de Aracaju e, posteriormente, da Comarca de Pacatuba (1902-1913) e Chefe de Polícia no Governo Nogueira Acioli (nov. 1909 a 24 jan. 1912).

Em seguida, regressou à Bahia, onde desempenhou várias funções públicas: Fiscal do Governo do Estado junto ao Banco Auxiliar das Classes (fev. a jun. 1913); 1º Oficial da Secretaria da Câmara dos Deputados (17 jul. 1913 a 20 jul. 1916), tendo nesse período ocupado o lugar, em comissão, de Diretor do Tesouro Municipal; Diretor do Interior e Justiça (jul. a nov. 1917); Substituto do Procurador Geral do Estado (nov. 1917 a fev. 1919); Conselheiro do Tribunal de Contas (28 fev. 1919 a 25 ago. 1934), aposentando-se como conselheiro; Secretário do Interior e Justiça no Governo do interventor Leopoldo Amaral (4 nov. 1930 a 18 fev. 1931). Foi eleito Deputado à Assembléia Constituinte de 1935, Deputado na legislatura que se seguiu, e findou com o golpe de estado de novembro de 1937, ocupando sempre a cadeira de Presidente.

Foi **Secretário da Fazenda**, no segundo Governo José Joaquim Seabra, no período de 29 de março de 1920 a 17 de maio de 1921 e no Governo de Juracy Magalhães, de 19 de setembro de 1931 a 28 de junho de 1932.

Faleceu no dia 10 de outubro de 1961.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XXXVIII** (mar. 1949))

MANOEL DUARTE DE OLIVEIRA

(1921-1923) Governo J. J. Seabra



Filho de Duarte de Oliveira e de Maria Virgínia Duarte de Oliveira, nasceu na cidade do Salvador, em 12 de janeiro de 1861. Iniciou a sua vida pública muito jovem, como subdelegado do distrito de Santo Antonio. Desempenhou, posteriormente, os cargos de conselheiro do Município de Salvador, de 1892 a 1895; conselheiro municipal durante alguns anos e Intendente, em dois quadriênios, do Município da Vila de São Francisco; Deputado Estadual às 8ª e 9ª legislaturas (1905-1908), ocupando a Presidência da Câmara nos anos de 1906 e 1907; Senador Estadual em várias legislaturas (1909-1920 e 1925-1930); Prefeito de Salvador (29 mar. 1920 a 17 mai. 1921).

Foi **Secretário da Fazenda** no período de 17 de maio de 1921 a 4 de dezembro de 1923 no segundo Governo J. J. Seabra.

Era Coronel da Guarda Nacional e sempre se dedicou às atividades agrícolas e industriais.

Faleceu em Salvador aos 18 de agosto de 1937.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XXXIX** (abr. 1949))

EDUARDO CÉSAR RIOS

(1928-1930) Governo Vital Soares



Filho de Dr. Artur César Rios e de Adelia de Moura Rios, nasceu na cidade de Salvador em 23 de julho de 1876.

Colou grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1º de dezembro de 1894. No ano seguinte foi nomeado Promotor Público da Comarca de Nazaré (mar. 1895 a abr. 1896). Foi membro e Secretário do Conselho Fiscal da Caixa Econômica de Monte Socorro; e exerceu o cargo de diretor-secretário da Junta Comercial, de 25 de abril de 1896 até a data de seu falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro em 13 de abril de 1935.

Exerceu a advocacia e foi um dos fundadores da Associação dos Agricultores de Cacau, transformada posteriormente no Sindicato dos Agricultores de Cacau, do qual foi um dos diretores. Colaborou em jornais, escrevendo sobre assuntos econômico-financeiros.

Dirigiu a **Secretaria da Fazenda** de 28 de maio de 1928 a 24 de outubro de 1930, no Governo Vital Soares.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XLI** (jun. 1949))

VILOBALDO MACHADO DE SOUZA CAMPOS

(1930-1931) Interventoria Leopoldo Amaral



Filho do Comendador Manoel de Souza Campos Filho e de Maria Machado de Souza Campos, nasceu na cidade do Salvador, em 28 de março de 1889.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Bahia em 8 de dezembro de 1909.

Eleito Deputado Estadual à legislatura de 1913 a 1914, continuou com assento na Câmara dos Deputados até a legislatura de 1923 a 1924, para a qual foi eleito 2º Vice-Presidente.

Nomeado **Secretário da Fazenda** na Interventoria Leopoldo Amaral, em 1º de novembro de 1930, exerceu esse cargo até 19 de fevereiro de 1931. Nesse mesmo ano, foi eleito para a direção de uma das carteiras do Banco do Brasil, em cujas funções permaneceu até o ano de 1948. Dedicou-se, também, a atividades comerciais e industriais, e foi diretor da Companhia Salinas da Margarida.

Faleceu no dia 22 de setembro de 1960.

(*Fonte: Revista Fiscal da Bahia XLII* (jul. 1949); entrevista com Didu de Souza Campos, filho de Vilobaldo M. de Souza Campos, em junho de 1985)

ANTONIO JOSÉ SEABRA

(1931) Interventoria Artur Neiva



Filho do Coronel Antonio José Seabra e de Isabel Idalina Seabra, nasceu em 21 de dezembro de 1869, no Engenho “Rio Azul” pertencente ao Município de Itapicuru, hoje Rio Real.

Formado pela Faculdade de Direito de Recife, aos 20 de maio de 1891, ingressou no Ministério Público e na Magistratura, servindo na posição de Promotor Público da Comarca de Bonfim (ago. 1892 a jan. 1895), Juiz Preparador do Termo de Oliveira dos Brejinhos (1895-1898), Juiz de Direito da Comarca de Conquista (1898-1899). Em seguida, foi removido para a Comarca de Ituaçu, onde esteve até 1901, quando passou para as de Belmonte e Canavieiras. A 3 de julho de 1912 foi nomeado Procurador dos Feitos da Saúde Pública da Comarca de Salvador, cargo que ocupou até 3 de setembro de 1915, quando foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas, aposentando-se como Conselheiro em 1937. Fez parte do Conselho Administrativo do Estado (1942-1946), ocupando a Presidência desse órgão a partir de março de 1945.

Foi Secretário da Segurança Pública (1920-1924) no 2º Governo J. J. Seabra e foi **Secretário da Fazenda** na Interventoria de Artur Neiva, período de 19 de fevereiro a 14 de junho de 1931.

Faleceu no dia 6 de julho de 1946.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XLIII** (ago. 1949))

GILENO AMADO

(1934-1937) Governo Juracy Magalhães



Filho de Melchisedec Amado de Faria e de Ana de Lima Azevedo Souza Ferreira, nasceu na cidade de Estância, Estado de Sergipe, no dia 4 de janeiro de 1891.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no ano de 1911. Mudou-se em seguida para a Bahia, onde se dedicou à advocacia e à atividade política. Foi Vereador em Itabuna e Deputado na Assembléia Legislativa do Estado, exercendo sucessivos mandatos de 1913 a 1924. Desempenhou as funções de líder da Câmara de 1921 a 1923. Foi Deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1934, tendo exercido a liderança da maioria. No pleito de 1950 elegeu-se suplente de Deputado Federal, e desempenhou esse mandato de agosto a novembro de 1952.

Foi **Secretário da Fazenda**, em sucessão a Teófilo Falcão, no Governo Juracy Magalhães, de 12 de dezembro de 1934 a 10 de novembro de 1937. Durante toda a sua gestão, presidiu o Instituto Central do Fomento Econômico da Bahia. No segundo Governo Juracy Magalhães (1959-1963) foi Secretário Sem Pasta Para Assuntos do Sul.

Banqueiro e cacauicultor, foi também diretor da Carteira Hipotecária do Banco da Prefeitura do Distrito Federal.

Faleceu no dia 25 de julho de 1969.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XLIX** (set. 1949); **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983**, CPDOC/FGV, 1984, p.110)

GUSTAVO PEREIRA DA MOTTA JÚNIOR

(1937-1938) Interventoria Coronel Antonio Dantas



Filho de Gustavo Pereira da Motta e de Leonina Rodrigues da Motta, nasceu em Salvador, a 30 de janeiro de 1883.

Aos 13 anos já trabalhava com o pai que, natural de Portugal, era comerciante e proprietário de manufatura têxtil.

Iniciou sua carreira pública como fiel da Caixa Econômica Federal da Bahia, em 1909. Posteriormente, no Governo J. J. Seabra, foi nomeado Diretor Geral do Tesouro e, em seguida, no Governo Francisco Marques de Góes Calmon, tornou-se titular efetivo da diretoria da Despesa Pública. Foi ainda presidente e fundador do Montepio dos Funcionários Públicos Estaduais, onde criou o regime de benefícios à família do servidor falecido.

Exerceu interinamente as funções de **Secretário da Fazenda** e Tesouro do Estado na Interventoria do Coronel Antonio Fernandes Dantas, no período de 12 de novembro de 1937 a 23 de março de 1938.

Faleceu no dia 3 de outubro de 1950

(*Fonte: A Tarde*, 30 de janeiro de 1983, p.9; entrevista com D. Guiomar Motta Machado, esposa de Gustavo P. da Motta Junior, em junho de 1985)

GUILHERME CARNEIRO DA ROCHA MARBACK

(1938) Interventoria Landolfo Alves

(1942-1945) Interventoria Pinto Aleixo



Filho de Guilherme Lassanse Marback e de Maria Madalena Carneiro da Rocha Marback, nasceu na cidade do Salvador aos 28 de março de 1898.

Diplomou-se Bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia, em 8 de dezembro de 1919. Quando ainda cursava a Faculdade, foi escolhido para Fiel de Tesoureiro do Banco Auxiliar das Classes. Com a criação da Fiscalização Bancária no País, foi nomeado Fiscal da Inspetoria Geral dos Bancos (2 jun. 1921). Desempenhou ainda a função de oficial do Gabinete do Governador Vital Soares (29 mar. 1928 a 24 out. 1930), e tabelião de Notas da Comarca de Salvador a partir de abril de 1932. Em julho de 1934 foi eleito Deputado representante dos funcionários públicos à Assembléia Constituinte da Bahia e, após a promulgação da nova Carta Estadual, exerceu o mandato até o advento do Estado Novo (10 nov. 1937). Foi eleito Deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1946, mas não chegou a assumir o mandato por ter sido nomeado, no mês de fevereiro, Interventor Federal. Exonerou-se desse cargo em junho do mesmo ano.

Foi sócio fundador do Instituto de Economia e Finanças da Bahia, tendo sido seu presidente e Vice-Presidente. Também foi professor e diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

Esteve à frente da **Secretaria da Fazenda** e Tesouro em dois períodos: de 11 de março a 31 de dezembro de 1938, na Interventoria Landolfo Alves, e de 3 de dezembro se 1942 a 29 de outubro de 1945, na Interventoria Pinto Aleixo.

Faleceu no dia 6 de abril de 1954.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia** 45 (out. 1949); **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983**, p.2079; **Revista de Economia e Finanças** IV, nº 4 (1952) p.265)

RAUL DA COSTA LINO

(1939-1942) Interventoria Landulfo Alves



Filho de Antonio da Costa Lino e de Augusta Ribeiro da Costa Lino, nasceu em Salvador, no dia 3 de junho de 1892. Fez o curso Técnico de Comércio, em Portugal, terra de seus pais, com estágios de aperfeiçoamento na Inglaterra e na Alemanha. Ao longo de sua vida, dedicou-se à atividade comercial, tendo feito parte da firma Costa & Ribeiro. Foi Diretor Comercial do Instituto do Cacau da Bahia tendo, nesta posição, realizado viagem aos Estados Unidos da América do Norte.

Foi **Secretário da Fazenda** na Interventoria Landolfo Alves, no período de 6 de janeiro de 1939 a novembro de 1942. Também foi Secretário das Finanças da Prefeitura Municipal de Salvador, na gestão do Prefeito Heitor Dias. Exerceu o cargo de Vogal Classista da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento, período de 1965 a 1968.

Foi sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, membro da Junta Comercial do Estado da Bahia, Sócio Honorário do Rotary Club da Bahia e Ministro da Honorável Ordem 3ª de São Francisco.

Faleceu em Salvador, no dia 19 de março de 1973.

(Fonte: Entrevista com Carlos Alberto da Costa Lino, filho de Raul da Costa Lino, em julho de 1985)

UBALDINO GONZAGA

(1945-1946) Interventoria Bulcão Viana



Filho de José Luiz Gonzaga e de Joaquina Soares Gonzaga, nasceu na Vila de Entre Rios, em 24 de dezembro de 1880. Formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, em 15 de março de 1902, e foi logo nomeado Promotor Público da Comarca de Barreiras, sendo em seguida removido para a de Jacobina. Em 1904, foi nomeado Juiz Preparador da Comarca de Alagoinhas, dedicando-se, em seguida, à advocacia.

Ingressando na carreira política, exerceu o mandato de Deputado Estadual, na legislatura de 1907 a 1908, ocupando a cadeira de 2º Secretário; foi Deputado Federal, na legislatura de 1927 a 1929 e Senador Estadual de 1929 a 1930.

Fez parte do Conselho Superior do Ensino e do Conselho da Ordem dos Advogados, Seção da Bahia.

Esteve à frente da **Secretaria da Fazenda** no período de 9 de novembro de 1945 a 19 de fevereiro de 1946, na Interventoria Bulcão Viana.

Faleceu no dia 14 de setembro de 1977.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia XLVII** (dez. 1949))

EPAMINONDAS BERBERT DE CASTRO

(1946) Interventoria Guilherme Marback



Filho do Coronel Ramiro Ildefonso de Araújo Castro e de Libuça Berbert de Castro, nasceu no município de Ilhéus em 23 de fevereiro de 1897.

Diplomado pela Faculdade de Direito da Bahia, em 8 de dezembro de 1916, desempenhou os seguintes cargos em vários setores da atividade pública: Juiz Substituto da Comarca de Ilhéus (1919-1925); Deputado Estadual em três legislaturas (1925-1930), tendo exercido as funções de 2º Secretário, de líder do Governo e de presidente das comissões de Constituição e Finanças da Câmara; inspetor federal junto ao Ginásio da Bahia (nov. 1926 a jan. de 1927) e junto à Faculdade de Direito (1927-1930); professor contratado do Ginásio da Bahia (1931 e 1938); Procurador Geral do Estado (1938-1944); membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil Seção da Bahia (1945-1946); Secretário de Governo (1947-1949) no Governo Otávio Mangabeira. Em julho de 1949 assumiu o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Exerceu a advocacia na Comarca de Ilhéus e na de Salvador. Foi membro da Academia de Letras da Bahia.

Foi **Secretário da Fazenda** na Interventoria Guilherme Marback, de 28 de fevereiro a 29 de julho de 1946.

Faleceu no dia 24 de outubro de 1966.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia** 48 (jan. 1950))

CLÓVIS MOREIRA SPINOLA

(1946-1947) Interventoria Cândido Caldas



Filho do Conselheiro Joaquim de Souza Spinola e de Sizenanda Angelica Moreira Spinola, nasceu na cidade de Caetité em 23 de dezembro de 1886.

Formado pela Faculdade de Direito da Bahia, em 8 de dezembro de 1908, exerceu os seguintes cargos: Chefe da Polícia (janeiro a março de 1912); Promotor Público da Capital (1912-1919); Consultor Jurídico interino da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas (1924-1930); Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1939-1940). Foi também Presidente da Bolsa de Mercadorias.

Lecionou Direito Comercial na Faculdade de Direito da Bahia (1916) e exerceu a advocacia.

Foi **Secretário da Fazenda** de 26 de agosto de 1946 a 10 de abril de 1947, na Interventoria do General Cândido Caldas.

Faleceu no dia 7 de janeiro de 1966.

(Fonte: **Revista Fiscal da Bahia** 49 (fev. 1950) p.61)

JOÃO DA COSTA PINTO DANTAS JÚNIOR

(1947-1950) Governo Otávio Mangabeira



Filho do Dr. João da Costa Pinto Dantas e de Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas, nasceu na cidade do Salvador aos 28 de agosto de 1898.

Diplomou-se pela Faculdade de Direito em 28 de dezembro de 1918 e ingressou pouco depois na vida pública, ocupando diversos cargos: Promotor Público das Comarcas de Itaberaba e Jacobina (1919-1920); Juiz Substituto da Vara dos Feitos da Fazenda Estadual e Municipal (1922-1926); Curador de Menores; professor contratado do Ginásio da Bahia (1930-1931); professor de Direito Comercial da Escola Comercial Feminina. Na gestão do Coronel Renato Pinto Aleixo, tornou-se Secretário da Interventoria (13 fev. 1943 a 30 set. 1944) e, em seguida, foi nomeado Presidente do Conselho Administrativo do Estado, função pela qual respondeu até fevereiro de 1945.

Desempenhou o mandato de Deputado Estadual nas legislaturas de 1921-1922 e de 1935-1937, sendo nesta última 1º Secretário da Assembléia Legislativa. Fez parte da Constituinte Baiana de 1935, como 2º Secretário e da Constituinte Federal de 1946. Com a transformação dessa Constituinte em Congresso Legislativo, participou das atividades que se seguiram.

Após a posse de Otávio Mangabeira no Governo da Bahia em abril de 1947, licenciou-se da Câmara para assumir a **Secretaria da Fazenda**, aí permanecendo até junho de 1950, quando voltou a exercer seu mandato parlamentar. Foi reeleito para a Câmara de Deputados Federal por mais dois períodos legislativos (1950-1958). No pleito de outubro de 1958 obteve apenas suplência de Deputado Federal.

Deixando a Câmara em janeiro de 1959, voltou a ocupar uma cadeira de abril a setembro desse ano, quando se licenciou para assumir o cargo de Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia, em substituição a Lafayette Coutinho de Albuquerque, durante o Governo de Juracy Magalhães (1959-1963).

Advogado nos auditórios de Salvador, fez parte (1939-1946) do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, como 2º e 1º Secretário, sucessivamente. Foi membro do Conselho Disciplinar do Ministério Público (1937-1944); da Academia de Letras da Bahia; do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; do Instituto Genealógico Brasileiro; do Instituto Peruano de Investigaciones Genealógicas; da Academia Mallorquina de Estudios Genealógicos; da Academia Costarricense de Ciências Genealógicas e do Instituto Genealógico da Bahia do qual foi presidente.

Entre outras obras publicou: “Repertório das Leis do Estado da Bahia”, “As Constituições do Brasil”, “O Barão de Geremoabo”, “A Propaganda Republicana”, “O Nome de Deus na Constituição Bahia de 1935”, “Consolidação das Leis do Processo do Estado da Bahia”.

Faleceu no dia 5 de agosto de 1969.

(Fonte: *Revista Fiscal da Bahia* 55 (ago. 1950); *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*, p.1057)

ARCHIMEDES PEREIRA GUIMARÃES

(1950-1951) Governo Otávio Mangabeira



Filho de José Pereira Guimarães e de Zumira Pereira Guimarães, nasceu em Campinas, São Paulo, no dia 14 de julho de 1894.

Diplomado em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Escola Politécnica de São Paulo, em 1917. No Rio de Janeiro foi professor da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (1922). Transferindo-se para a Bahia, passou a lecionar na Escola Politécnica (1923), da qual se tornou catedrático e posteriormente Diretor (1939-1945). Foi Diretor Geral do Departamento de Educação e do Instituto de Tecnologia da Bahia.

Ocupou importantes cargos na administração pública, entre os quais se destacam o de Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, no Governo Otávio Mangabeira, em substituição a Nestor Duarte, que se afastava do cargo (junho de 1950) a fim de concorrer às eleições para Deputado Federal. Na mesma ocasião, e por igual período (junho de 1950 a janeiro de 1951) assumiu, interinamente, a chefia da **Secretaria da Fazenda**.

Participou da organização e presidiu a TEBASA, empresa telefônica que depois se transformou na TELEBAHIA.

Foi membro de várias instituições científicas e culturais, entre as quais estão o Conselho Regional de Engenharia (CREA), do qual foi presidente; a Associação Cultural Brasil-Estados Unidos (ACBEU), que ajudou a fundar e também presidiu (1941-1943); o Rotary Club da Bahia, do qual foi presidente no biênio 1944-1945; o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do qual foi presidente, e o Instituto de Cultura Hispânica.

Publicou cerca de 63 trabalhos, destacando-se “Pesquisas de Petróleo no Brasil”. Belo Horizonte: UFMG, 1966; “A Escola Politécnica da Bahia: meio século de retidão e civismo”. Belo Horizonte, 1973; “Dois Sertanejos Baianos do Séc. XX: Oscar e Anísio Spinola Teixeira”. Salvador: Centros de Estudos Baianos 96 (1982).

Pelo trabalho que realizou, foi agraciado com títulos e honrarias: Placa de Prata do Conselho Federal de Química, 1979; Diploma e Grande Medalha Inconfidência, concedida pelo Governo de Minas Gerais, em 1981; Diploma de Professor Emérito da Escola Politécnica da UFBA, 1982.

Participou de congressos e reuniões, no País e no exterior, entre os quais, o Congresso Sul Americano de Química, em Buenos Aires (1960) e a VII Reunião da Associação Brasileira de Metais, em Porto Alegre (1951), na qualidade de membro e de Diretor do Instituto de Tecnologia da Bahia.

Faleceu em Belo Horizonte, no dia 7 de julho de 1984.

(Fonte: **Curriculum Vitae**; entrevista com Consuelo Pondé de Sena em julho de 1985)

JAIME BALEEIRO

(1951-1954) Governo Régis Pacheco



Filho de Propércio Baleeiro e de Carlota Rios Baleeiro, nasceu na cidade de Palmares, Pernambuco, em 17 de setembro de 1901.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia, no ano de 1923. Exerceu, concomitantemente, as funções de Secretário da Prefeitura de Urandi e de Deputado Estadual, no período de 1926 a 1930. Foi Consultor Jurídico do Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, depois BANEBA (1938-1965) e Ministro do Tribunal de Contas do Estado, tendo sido presidente no biênio 1970-1971, findo o qual se aposentou.

Foi membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia (1934-1962) e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tendo ocupado ainda os cargos de Presidente do Instituto dos Advogados da Bahia (1949-1951) e de Diretor Geral da Secretaria da Associação Comercial da Bahia (1925-1963). Recebeu do Governo francês a medalha da Ordem da “Etoile Noire” (1963).

Foi **Secretário da Fazenda** no Governo de Régis Pacheco, no período de 31 de janeiro de 1951 a 30 de junho de 1954.

Faleceu no dia 23 de março de 1983.

(Fonte: Entrevista realizada com Jaime Baleeiro em 21 de setembro de 1976)

JOÃO JOSÉ DO NASCIMENTO JUNQUEIRA

(1955) Governo Régis Pacheco



Filho de Dr. José de Oliveira Junqueira e de Maria Isabel do Nascimento, nasceu em Salvador, no dia 16 de abril de 1905. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Bahia, no ano de 1938. Ocupou diversos cargos na administração pública, entre os quais o de Diretor da Instrução Pública, no Governo Góes Calmon (1927); o de Secretário do Interior e Justiça na Interventoria Guilherme Marback (1946) e o de **Secretário da Fazenda**, no Governo Régis Pacheco.

Foi um dos fundadores do PSD da Bahia e, concorrendo às eleições, foi eleito suplente de Senador. Exerceu outras funções públicas na qualidade de membro do Conselho Administrativo do Estado; de Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores e Procurador do Município de Salvador.

Foi membro da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Instituto Genealógico da Bahia. Faleceu no dia 16 de novembro de 1969.

(Fonte: **Revista do Instituto Genealógico da Bahia** 17 (1971) p.27-29)

JOSÉ MANSO CABRAL

(1954) Governo Régis Pacheco



Filho de José Manso Pereira Cabral e de Amélia Lopes Cabral, nasceu na cidade de Itajubá, Minas Gerais, no dia 9 de janeiro de 1895.

Diplomou-se em Engenharia Eletromecânica pelo Instituto Eletromecânico de Itajubá, no ano de 1918. Transferiu-se em seguida para a cidade do Rio de Janeiro, onde ensinou Física na Escola Wenceslau Braz.

Fixando residência na Bahia foi, inicialmente, representante de empresa construtora alemã Kemitz e Cia. Ltda. e, em seguida, fundou sua própria firma, Manso Cabral e Cia. Ltda. que edificou importantes prédios públicos e particulares. Mas devido ao exorbitante aumento dos preços dos materiais de construção, durante a II Guerra Mundial, abandonou essa atividade, dedicando-se a agropecuária em suas fazendas nos municípios de Amargosa e São Sebastião.

Na administração pública ocupou o cargo de Diretor da Carteira de Hipotecas (15 dez.1943 a 15 dez. 1948) e de Presidente da Caixa Econômica Federal (15 dez.1948 a 18 dez.1953).

Foi **Secretário da Fazenda** no Governo Régis Pacheco, de setembro a dezembro de 1954, período que correspondeu à campanha sucessória governamental, na qual o candidato oficial era o Prof. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt.

Foi membro e presidente do Rotary Club de Salvador e da Sociedade Amigos da Cidade.

Faleceu em Salvador, no dia 21 de outubro de 1964.

(*Fonte:* Entrevista com Ana Mariani Bittencourt Cabral e Ana Amélia Vieira Nascimento, respectivamente viúva e filha de José Manso Cabral, em junho de 1985)

JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO

(1954-1955) Governo Régis Pacheco



Filho de Irênio Alves Pinheiro e de Lourença Sampaio, nasceu em Pojuca, Bahia, no dia 15 de março de 1907.

Obteve o grau de Doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1930. A tese que então defendeu sobre psiquiatria foi aprovada com distinção. No Rio de Janeiro, fez dois cursos sobre Organização Hospitalar.

Em seguida, organizou o Hospital psiquiátrico de Vitória da Conquista e, dedicando-se sempre à medicina foi, posteriormente, Diretor da Santa Casa de Misericórdia (Hospital São Vicente) em Vitória da Conquista. Foi também fundador e presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em Vitória da Conquista.

Com a redemocratização do País em 1945, entregou-se à atividade político-partidária, tendo sido eleito Deputado Estadual, pelo Partido Republicano, em quatro legislaturas consecutivas (1951 a 1963), não concluindo o exercício do mandato legislativo na última legislatura, devido ao seu falecimento, em Salvador, no dia 19 de outubro de 1963.

Na Assembléia Estadual da Bahia exerceu a função de Líder do Governo, no quadriênio Lomanto Junior, e ocupou os cargos de Secretário e de Presidente do Legislativo Estadual.

Na administração pública foi **Secretário da Fazenda**, no Governo Régis Pacheco, no período de 3 de dezembro de 1954 a 3 de abril de 1955.

Foi membro do Rotary Club de Vitória da Conquista, do Rotary Club Bahia, Leste. Foi Venerável da Maçonaria em Vitória da Conquista.

A sociedade baiana reconheceu os seus relevantes serviços, conferindo o seu nome a uma das ruas do bairro de Amaralina, em Salvador, a prédios escolares em Vitória da Conquista e em Caraibas e a um Ginásio em Tremedal.

(Fonte: Entrevista com D. Izalta Ferraz Pinheiro, viúva de Adelmário Pinheiro, em junho de 1985)

RÔMULO ALMEIDA

(1955-1957) Governo Antonio Balbino



Filho de Eduardo de Sousa Almeida e de Almerinda Barreto de Almeida, nasceu em Salvador, no dia 18 de agosto de 1914. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia em 1933.

Dedicando-se à economia, a partir de 1941, tornou-se Diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre. Foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (1942-1943). Prestou assessoria à Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Nacional Constituinte (1946) e participou de diversas sub-comissões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (1948-1949). Trabalhou como economista no Departamento Nacional de Indústria e Comércio e na Confederação Nacional da Indústria (1949-1950).

No segundo Governo Vargas iniciado em 1951, exerceu as funções de Oficial-de-Gabinete e de Assessor Econômico da Presidência, quando comandou a elaboração do anteprojeto de criação da Petrobras. Foi também Consultor Econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (1953).

No pleito de outubro de 1954, elegeu-se Deputado Federal (PTB), mas em abril do ano seguinte deixou a Câmara para assumir a **Secretaria da Fazenda** a convite do Governador Antonio Balbino (abr. 1955 a jun. 1957), reassumindo seu mandato dois anos depois. Ainda em 1955 criou e presidiu a primeira Comissão de Planejamento Econômico da Bahia. Criou e presidiu o Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial da Bahia e foi Vice-Presidente da Rede Ferroviária Federal (1957). Reorganizou o Instituto de Economia e Finanças da Bahia (1957-1959); foi Secretário Sem Pasta para Assuntos do Nordeste, no segundo Governo Juracy Magalhães; representou a Bahia na SUDENE e elaborou o projeto da COELBA. Foi Diretor da Companhia Ferro e Aço de Vitória e, em 1961, foi nomeado representante junto à Comissão Internacional da Aliança para o Progresso, da qual se exonerou em 1966.

Foi Presidente da seção baiana do PMDB, tendo-se candidatado ao cargo de Vice-Governador da Bahia nas eleições de novembro de 1982, na chapa encabeçada por Roberto Santos. Participou de várias conferências internacionais; foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e de outros estabelecimentos de ensino e dirigiu diversas empresas e instituições. Foi Diretor do BNDES, assumindo, posteriormente, a posição de diretor-presidente da empresa privada Frutibem.

Entre outras obras publicou: “A experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia”; “Educação num país em processo inicial de desenvolvimento”; “Novas medidas internacionais em prol do desenvolvimento econômico”; “Petroquímica na economia nacional”; “O Nordeste no Segundo Governo Vargas”.

Faleceu, em Belo Horizonte, no dia 23 de novembro de 1988, sendo sepultado com honras em Salvador.

(Fonte: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983**, p.87-88; entrevista com Aristeu Barreto de Almeida, irmão de Rômulo Almeida, em 29 de julho de 2005).

JULIO IZIDRO GADÊLHA

(1957-1959) Governo Antonio Balbino



Filho de Miguel Izidro Gadelha e de Raimunda Cândida Gadelha, nasceu em Serra Madureira, Território do Acre, em 17 de agosto de 1903.

Fez o curso secundário em Salvador, onde obteve o título de Contador Provisionado, fornecido pela Superintendência do Ensino Comercial, em agosto de 1932.

Foi Diretor interino da Penitenciária do Estado e Secretário do Conselho Penitenciário (1936 a 1940). Nesse período exerceu ainda a função de Diretor interino da Escola Profissionais de Menores e fez parte de diversas comissões encarregadas da reorganização dos serviços públicos. Em julho de 1941 foi nomeado sub-contador da Diretoria de Tomada de Contas da Secretaria da Fazenda. Nesse setor desempenhou várias comissões, inclusive a de Diretor da Divisão de Contabilidade da Contadoria Geral do Estado e de Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, nas interventorias Pinto Aleixo e Cândido Caldas e nos Governos Otávio Mangabeira, Régis Pacheco e Antonio Balbino.

Em substituição a Rômulo Almeida exerceu, interinamente, no Governo Antonio Balbino, a função de **Secretário da Fazenda**, no período de junho de 1957 a 17 de março de 1959, quando foi empossado Secretário desta Pasta, continuando a exercer esta função até o fim do Governo Antonio Balbino, em 7 de abril de 1959. Por decreto do Presidente da República, de 22 março de 1962, exerceu o cargo de Delegado Regional do Ministério da Indústria e Comércio, na Bahia e, em abril do mesmo ano, foi nomeado Técnico de Administração da PETROBRAS; em junho de 1964 tomou posse na função de Chefe do Escritório de Salvador (ESSAL-PETROBRAS). Aposentou-se em setembro de 1975, mas em dezembro desse ano foi nomeado Membro do Conselho de Contas e Recursos da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Finanças dessa entidade.

Fez o curso Especial de Administração de Empresas na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (jan. a mar. 1968) e, do Conselho Federal de Técnicos de Administração do Ministério do Trabalho e Previdência Social recebeu o título de técnico de Administração (28 ago. 1970).

Era sócio contribuinte Remido da Associação dos Servidores Civis do Brasil. No dia 3 de outubro de 1973, recebeu um escudo de ouro da PETROBRAS, pelos *10 anos de bons serviços prestados à empresa*.

Entre outros trabalhos, publicou: “Orçamento, sua nova Conceituação”, in Revista Fiscal da Bahia (set. 1946); “A Próxima Conferência sobre Dívida Externa e Legislação Tributária: apelo aos técnicos baianos”, in Revista Fiscal da Bahia (nov. 1947).

Faleceu em 23 de janeiro de 1980.

(Fonte: **Revista de Economia e Finanças IV** (1952) p.258; entrevista com Maria Emilia Gadêlha Vianna, filha de Izidro Gadêlha, em junho de 1985)

ALIOMAR DE ANDRADE BALEEIRO

(1959-1960) Governo Juracy Magalhães



Filho de Arnaldo Baleeiro e de Maria Isaura Andrade Baleeiro, nasceu em Salvador em 5 de maio de 1905.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, no ano de 1925. Dedicou-se à advocacia e ao jornalismo, tendo trabalhado no **O Imparcial** e em **A Tarde** (1922-1925) e dirigido **O Estado da Bahia** (1933-1935). Foi Deputado à Assembléia Constituinte da Bahia de 1935, desempenhando em seguida o mandato legislativo na condição de vice-líder da maioria (PSD) até o golpe de estado de 1937. Chefiou a revista **Fórum**, publicada pela Ordem dos Advogados do Brasil, no período de 1940 a 1942, ano em que se tornou professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Em dezembro de 1945 elegeu-se Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (UDN) e, promulgada a Constituição, ocupou a cadeira de Deputado Federal por três legislaturas consecutivas (1946-1958). Em 1960 foi eleito Deputado para Assembléia Constituinte do recém-criado Estado da Guanabara e, com a transformação da Constituinte em Assembléia Legislativa Ordinária, teve seu mandato prorrogado até fevereiro de 1963. Adversário político de Getúlio Vargas e de João Goulart, foi um dos articuladores do golpe militar de 1964. Em 1965 foi feito Ministro do Supremo Tribunal Federal, assumindo a presidência desse órgão no período de 1971 a 1973.

Foi **Secretário da Fazenda** no Governo Juracy Magalhães no período de 7 de abril de 1959 a março de 1960.

Foi professor nas Faculdades de Direito da Universidade Federal da Bahia, Universidade Católica da Bahia, Universidade do Estado da Guanabara e Universidade de Brasília. Foi também membro do Instituto Brasileiro de Direito Financeiro, do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, da Academia Brasileira de Letras, da *International Fiscal Association* e do Instituto Internacional de Finanças Públicas.

Dentre suas obras publicadas contam-se: “Imposto sobre a renda” (1938); “Alguns andaimes da Constituição” (1950); “Rui, um estadista no Ministério da Fazenda” (1951); “A Política e a mocidade” (1954); “O STF, esse outro desconhecido” (1968).

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de março de 1978.

(Fonte: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, p.267)

JOSÉ DE FREITAS JATOBÁ

(1960) Governo Juracy Magalhães



Filho de Guilhermino de Freitas Jatobá e de Cecília de Freitas Jatobá, nasceu em Campo Formoso, Bahia, em 22 de novembro de 1895.

Diplomou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Bahia, no ano de 1916. Exerceu a profissão no Estado de Mato Grosso, retornando à Bahia em 1925. Ingressou na política em 1931, quando era interventor na Bahia o tenente Juracy Magalhães. Tornou-se Prefeito do município de Senhor do Bonfim e, em seguida, munido de amplos poderes, organizou e presidiu a “Aliança Social e Política Municipal” que, englobando 10 municípios, foi instrumental para a criação do Partido Social Democrático no ano de 1933.

Desempenhou o mandato de Deputado Estadual à Assembléia Constituinte de 1935 e, após a promulgação da Constituição, continuou a exercer o mandato legislativo, até o golpe de estado de novembro de 1937.

Com a redemocratização do País, foi eleito suplente de Deputado Federal pela Bahia em dezembro de 1945 (UDN), tendo exercido o mandato de abril de 1947 a julho de 1950. Foi sucessivamente reeleito suplente nos pleitos de 1950 a 1954 ocupando uma cadeira na Câmara Federal de novembro de 1955 a fevereiro de 1956; de maio a julho de 1956 e de abril a junho de 1958.

Exerceu a função de Diretor-Financeiro da Companhia Vale do Rio Doce (1951-1952) e foi **Secretário da Fazenda** no segundo Governo Juracy Magalhães, em substituição a Aliomar Baleeiro, no período de 8 de abril de 1960 a junho do mesmo ano. Em seguida, ocupou o cargo de presidente da COELBA (foi o 1º presidente) até o fim do Governo Juracy Magalhães (7 abril 1963).

Aposentado, passou a dedicar-se mais à pecuária, sendo membro atuante da Associação Baiana de Criadores (ABAC).

Faleceu em Salvador, no ano de 1993.

(Fonte: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983**, p.1633; entrevista com José de Freitas Jatobá, realizada em Salvador, maio de 1985.)

JOSAPHAT RAMOS MARINHO

(1960-1962) Governo Juracy Magalhães



Filho de Sinfrônio de Sales Marinho e de Adelaide Ramos Marinho, nasceu em Areia, hoje Ubaíra, Bahia, no dia 28 de outubro de 1915.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, no ano de 1938. Depois de ocupar interinamente (1942) o cargo de Consultor Jurídico do Departamento de Serviço Público da Bahia, dedicou-se ao magistério superior na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, da qual se tornou professor catedrático de Direito Constitucional (1955), com a tese “Poderes Remanescentes da Federação Brasileira”. Proferiu aulas e conferências em instituições acadêmicas, como na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Ordem dos Advogados de São Paulo (OAB-SP).

Em janeiro de 1967, foi eleito deputado na Assembléia Constituinte da Bahia na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Após a promulgação da Constituição Estadual, exerceu o mandato de Deputado Estadual até janeiro de 1951. Não foi reeleito para a legislatura subsequente, porém, em outubro de 1954 elegeu-se Deputado Estadual (1955-1959) pelo Partido Libertador (PL). Posteriormente, na eleição de 1958 obteve a 3ª suplência. Foi Secretário do Interior e da Justiça no Governo Juracy Magalhães, (1959-1960), quando foi designado para chefiar a **Secretaria da Fazenda**. Exerceu esta função até março de 1961, quando foi nomeado pelo então Presidente da República Jânio Quadros, para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Ao deixar esse posto em dezembro de 1961, reassumiu a chefia da Secretaria da Fazenda, exercendo esta função até dezembro de 1962.

Foi eleito Senador Federal pela Bahia apoiado por uma coligação, obtendo mais de 40 mil votos sobre o segundo colocado, em outubro de 1962. No Senado foi vice-líder da minoria. Com a implementação do bipartidarismo pelo governo militar, foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime. Como Senador, foi presidente da Comissão de Minas e Energias, relator da comissão mista que estudou a reforma do Congresso Nacional, e integrou a comissão mista que opinou sobre o projeto que resultou na Constituição de 1967. Exerceu o mandato até janeiro de 1971. Não sendo reeleito no pleito de novembro de 1970, afastou-se da atividade política, dedicando-se à advocacia e ao magistério superior. Professor requisitado pela Universidade de Brasília desde 1971, lecionou as disciplinas “Direito Constitucional” e “Teoria Geral do Direito Público”. Foi professor titular, por transferência, e professor emérito da Universidade de Brasília e Universidade Católica do Salvador.

Em 1990 candidatou-se a Senador pela Bahia, sendo vitorioso no pleito. Como Senador, pela segunda vez, torna-se membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Educação, de Fiscalização e Controle do Senado. Deixou o Senado no final do mandato em 1º de janeiro de 1999. Foi membro do Instituto dos Advogados da Bahia, do Instituto Baiano de Direito do Trabalho, da Academia de Letras da Bahia, do Instituto Ibero-Americano de Direito Constitucional (Seção do Brasil), do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto dos Advogados do Distrito Federal, da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, membro do Conselho Curador da Fundação Odebrecht, do Conselho Federal de Educação.

Ao longo de sua vida, publicou mais de uma centena de artigos, livros, teses, ensaios, sobre temas jurídicos e políticos, entre os quais: “Os partidos políticos e o direito de participação política do cidadão”, 1974; “Crise e Perspectivas do Poder Legislativo”, (jul.-set. 1983). Dentre os estudos políticos e econômicos, destaca-se: “O Desequilíbrio Econômico – Financeiro na Federação”, 1963 e “Xisto e Monopólio Estadual do Petróleo”, 1965. Elaborou vários ensaios literários, como: “Rui Barbosa, um espírito universitário”, 1973; e “O Jurista e as Academias”, 1982.

Faleceu em 30 de março de 2002.

(Fontes: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930**, CPDOC/FGV, 2ª ed., V. V, 2001, p.3581-3583)

JOÃO BORGES DE FIGUEIREDO

(1961) Governo Juracy Magalhães



Filho de Francisco Borges de Figueiredo e de Maria Avelina de Figueiredo, nasceu na cidade de Macaúbas, Bahia, no dia 7 de junho de 1911.

Diplomado pela Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia em 1935, ocupou o cargo de Assistente Malariologista do Departamento de Saúde do Estado, no governo do interventor Landulfo Alves (1938-1942), e o de Diretor de Saúde do Departamento de Saúde do Estado, no governo do interventor general Cândido Costa (1946-1947).

Com o fim do Estado Novo (1937-1945) e a subsequente redemocratização do País, João Borges foi eleito Deputado Estadual pela União Democrática Nacional (UDN) na legislatura de 1947 a 1951, e pelo Partido Libertador (PL) por quatro legislaturas consecutivas (1951 a 1967). Como Deputado Estadual, ocupou por duas vezes a vice-presidência da Assembléia Legislativa (1949-1950 e 1953-1954). Em 1961 foi convidado pelo então Governador da Bahia Juracy Magalhães para ocupar a **Secretaria da Fazenda**, atuando à frente desta no período de 14 de março a 18 de outubro de 1961.

Em 1964 a democracia sofreu um golpe militar e os partidos políticos existentes foram extintos, criando-se o sistema bipartidário, tendo João Borges sido eleito em 1966 Deputado Federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em 1970 candidatou-se à reeleição, obtendo a suplência. Foi convocado a assumir na vaga deixada por Walson Lopes Alves em agosto de 1972, cumprindo o mandato até o final da legislatura em janeiro de 1975.

De volta a Salvador, voltou a trabalhar no Departamento de Saúde, aposentando-se em 1975 como médico do Governo do Estado. Passou a dedicar-se a agropecuária.

Foi sócio da Associação Baiana de Medicina e da Associação Médica Brasileira. Faleceu em Salvador no dia 31 de outubro de 1989.

(Fontes: Entrevista em junho de 1983; **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930**, CPDOC/FGV, V. I, 2ª ed., 2003, p.717)

MANOEL EVANGELISTA DE BRITTO

(1962-1963) Governo Juracy Magalhães



Filho de José Pereira de Brito e de Maria Jovina Barbosa de Brito, nasceu em Maragogipe, Bahia, no dia 18 de outubro de 1899.

Formado em contabilidade pela Superintendência do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e em Direito Fiscal pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fez o curso de Segurança Nacional e Desenvolvimento e o de Educação Moral e Cívica pelo Centro de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), sessão da Bahia.

Exerceu os cargos efetivos de Auxiliar de Delegacia do Tesouro de Ilhéus (1919-1924); Escrivão de Coletoria de Estadual de Belmonte (1924-1925); Coletor Estadual da Cidade de Belmonte (1926-1938) e da cidade de Itabuna (1939-1947); Fiscal de Renda do Estado (1948-1959); e o de Revisor Fiscal do Estado (1960-1963), no qual se aposentou.

Foi **Secretário da Fazenda** no Governo do General Juracy Magalhães, no período de 6 de julho de 1962 a março de 1963.

Exerceu mais de uma dezena cargos de comissão, destacando-se o de Diretor Geral do Departamento de Receita do Estado (1945-1946 e 1955-1962), e presidiu treze comissões relativas a negócios financeiros, assim como representou a Secretaria da Fazenda junto a diversos organismos estaduais.

Recebeu o título de Irmão Benfeitor da Santa Casa de Misericórdia de Maragogipe e publicou vários trabalhos na área de sua especialização, dentre as quais se destacam Legislação Tributária do Estado da Bahia (1961) e o Dever Moral e Cívico do Imposto (1970).

Faleceu no dia 17 de maio de 1981.

(Fonte: **Curriculum Vitae**)

HONORATO VIANA DE CASTRO

(1963-1964) Governo Lomanto Júnior



Filho de Antonio Honorato de Castro e de Isabel Viana de Castro, nasceu na Vila do Riacho, município de Casa Nova, Bahia, em 23 de agosto de 1909.

Muito jovem transferiu-se para Salvador, onde concluiu os estudos de Humanidades. Com pouco mais de 20 anos foi nomeado Fiscal de Rendas do Estado, dedicando-se ao estudo de Finanças Públicas e de Direito Tributário, áreas de especialização nas quais se tornou autoridade incontestável, a despeito de haver sido um autodidata.

Iniciou atividades profissionais em Casa Nova, no período de fevereiro de 1932 a janeiro de 1936, quando assumiu a função de Fiscal de Coletoria, tendo trabalhado em várias cidades do interior. Em outubro de 1940 foi transferido para Salvador, no cargo de Fiscal de Rendas. Sua indiscutível competência levou-o à Direção da Despesa Fazendária, depois à Direção da Receita Estadual e, finalmente, ao cargo de **Secretário da Fazenda** do Estado da Bahia, no Governo Lomanto Junior, no período de 7 de abril de 1963 a 4 de maio de 1964.

Na administração municipal, ocupou o cargo de Prefeito de Santo Amaro da Purificação por dois períodos. Desempenhou o mandato de Deputado Estadual por várias legislaturas consecutivas (1959 a 1978), interrompendo-o apenas para exercer a função de Secretário da Fazenda. Na Assembléia Legislativa presidiu por várias vezes a Comissão de Orçamento e Finanças, tendo assumido a Presidência do Legislativo no Governo Luis Viana Filho e no Governo Roberto Santos. Em várias oportunidades assumiu o Governo do Estado da Bahia, como substituto eventual.

Eleito Deputado Federal em 1978, exerceu esse mandato até 1982. Na Câmara dos Deputados destacou-se como Relator do Orçamento da União por mais de uma vez e como Relator do Projeto de Lei Complementar n° 13 que dispõe sobre as Normas Gerais do Direito Tributário.

Participou de várias conferências e Congressos Parlamentares no Brasil. No exterior, compareceu ao Encontro de Parlamentares em Havaí e, em seguida na cidade de Toronto, Canadá (setembro 1981).

Alguns dos seus discursos foram publicados por amigos, inclusive “Carta Aberta ao Vice-Governador Orlando Moscozo”, Salvador (out. 1964).

Foi Venerável da Loja Maçônica de Santo Amaro da Purificação (1946-1948) e, por decreto de 1º de julho de 1977, recebeu o título de Grande Oficial da Ordem do Mérito da Bahia.

Faleceu em Salvador, no dia 27 de outubro de 1984.

(Fonte: Entrevista com Marlene de Castro Portugal, filha de Honorato Viana de Castro, em junho de 1985; discurso pronunciado pelo Deputado Federal Gorgônio Neto, na sessão da Câmara dos Deputados (27.11.1984) em homenagem póstuma)

IVO BRAGA

(1964-1966) Governo Lomanto Júnior



Filho de Odilon Fernandes Braga e de Maria da Glória Ribeiro Braga, nasceu no município de Casa Nova, em 12 de março de 1913.

Contador pela Escola Comercial da Fundação Visconde de Cairu (1930-1933), bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, no ano de 1936. Também é Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (1951-1955). Fez o curso de Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas (CEPAL), no Rio de Janeiro, em 1958.

Iniciou sua atividade profissional como Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (1938-1940), ocupando, em seguida, os cargos de: Contador do Ministério da Fazenda (1940-1945); Agente Fiscal do Imposto de Renda; Agente dos Tributos Federais; Chefe da Seção de Tributação na Delegacia Regional do Imposto de Renda; Delegado Regional do Imposto de Renda na Bahia; Superintendente do Instituto de Economia e Finanças da Bahia.

Foi **Secretário da Fazenda** no Governo Lomanto Junior, no período de 5 de maio de 1964 a 27 de julho de 1966. Deixou esse cargo para desincompatibilizar-se, a fim de candidatar-se a Deputado Estadual.

Eleito, exerceu o mandato na legislatura de 1967 a 1970, ocasião em que foi vice-líder da ARENA, vice-presidente da Comissão de Finanças e 1º Secretário da Assembléia Legislativa da Bahia. Na legislatura seguinte foi eleito Deputado Federal pela Bahia (1971-1974), tendo exercido a vice-presidência da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Afastando-se da atividade política, exerceu o cargo de Diretor Executivo do Centro de Desenvolvimento Comercial, CEDEC (1975-1983).

Ingressou no magistério superior muito jovem (1936), tendo se tornado Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e Professor Titular da Faculdade de Direito da UFBA. Foi Diretor da referida Faculdade de Ciências Econômicas e Vice-Diretor da Faculdade de Direito. Exerceu a função de Assessor Especial da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado da Bahia.

Participou de diversos Congressos e Conferências sobre assuntos de sua especialidade, no Brasil e no exterior, destacando o Seminário de Desenvolvimento Econômico para os professores de Faculdades de Ciências Econômicas da América Latina, realizado em Washington, U.S.A. (1966). Integrou a Comissão de Deputados e Senadores que, representando a União Parlamentar Internacional/Seção do Brasil, visitou o Parlamento inglês e francês.

Foi membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Instituto de Economia e Finanças da Bahia e do Instituto de Direito Financeiro da Bahia.

Entre os trabalhos que publicou destacam-se: “Interdependência Econômica”, 1940; e “Racionalização do Controle Orçamentário na Administração Pública Brasileira”, Salvador: Imprensa Regina.

Faleceu em agosto de 2003.

(Fonte: **Revista de Economia e Finanças** 4 (1952) p.248; entrevista realizada em junho de 1985)

JOSÉ JOAQUIM CALMON DOS PASSOS

(1966) Governo Lomanto Júnior



Filho de Aquiles Calmon de Passos e Berta Guimarães Passos, nasceu na cidade de Salvador, em 16 de maio de 1920.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Pernambuco, tendo colado grau no ano de 1946. Exerceu as seguintes atividades administrativas: Promotor Público, no período de 1948 a 1975; Procurador Geral da Justiça em dois períodos (1959-1961 e 1964-1965); vice-diretor da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia (1965-1966) e, posteriormente, professor com dedicação exclusiva nesta Faculdade.

Foi **Secretário da Fazenda** do Estado da Bahia, no Governo Lomanto Junior, no período de 28 de julho a 18 de agosto de 1966. É membro de diversas associações, entre as quais, a Ordem dos Advogados do Brasil; Instituto Comparado Luso-Brasileiro; Associação Nacional do Ministério Público e a Academia Baiana de Letras Jurídicas; Professor Emérito da Faculdade de Direito da UFBA.

Por seu desempenho profissional, foi agraciado com o título de Membro da Ordem do Mérito da Bahia (Governo Roberto Santos) e da Ordem do Mérito da Justiça do Trabalho. Recebeu da Ordem dos Advogados do Brasil a medalha “Advogado Gonçalo Porto de Souza”.

Foi professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) a partir de 1959, professor do Centro de Cultura Jurídica da Bahia, professor do Ministério Público tendo publicado importantes obras de sua especialidade, entre as quais: “Comentários ao Código de Processo Civil”; “A Nulidade no Processo Civil”; e “Da Revelia do Demandado”.

Atualmente é membro do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico da Presidência da República e Professor do Mestrado da UFBA na disciplina Processo Civil.

(Fonte: Entrevista realizada em julho de 1985 e agosto de 2005)

BORIS TABACOF

(1966-1967) Governo Lomanto Junior

(1967-1970) Governo Luis Viana Filho



Filho de Leonel Tabacof e de Berta Tabacof, nasceu em Salvador, em 28 de julho de 1928.

Diplomou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia.

Ocupou alguns cargos na administração pública, de técnico da Comissão de Planejamento Econômico do Estado (CPE), Chefe da Assessoria Econômica do Governo do Estado da Bahia (1963-1965), Chefe e Secretário Extraordinário da Casa Civil do Governo do Estado da Bahia (1965-1966), e engenheiro do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado da Bahia (IAPSEB).

Em agosto de 1966, no governo Lomanto Junior, assumiu a **Secretaria da Fazenda** do Estado da Bahia. Continuou no cargo durante o Governo seguinte, de Luís Viana Filho, deixando a Secretaria em maio de 1970, após quase quatro anos à frente da pasta.

Participou de reuniões promovidas pelo Ministério da Fazenda e Secretarias da Fazenda Estaduais para a formulação da Reforma Tributária Nacional de 1966. Representou a Bahia no Conselho de Secretários da Fazenda do Nordeste, foi delegado do Brasil na Conferência Mundial do Cacau, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) Genebra (1967), e da Reunião da Aliança dos Países Produtores de Cacau, realizada em Laundé, República dos Camarões, em 1969.

No magistério superior, foi professor da disciplina “Política e Programação Econômica” da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), até 1970. Participou do I Ciclo de Estudos da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) em Salvador e foi conferencista do III Ciclo de Estudos sobre “Desenvolvimento e Segurança Nacional”, promovido pela ADESG (1969) em Salvador. Realizou viagens de estudos à Europa e aos Estados Unidos e escreveu vários artigos sobre assuntos financeiros e administrativos no jornal **O Estado de São Paulo**.

Foi presidente do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), diretor superintendente do grupo financeiro Safra (1970-1975), vice-presidente do grupo Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos (1988) e diretor superintendente da Bahia Sul Celulose (1988 -1993). Empresário bem sucedido, possui vasta experiência no setor privado. Em 1975, assumiu a função de diretor do Grupo Suzano-Feffer, cuja principal atividade é a produção de papel, celulose e petroquímicos. Atualmente, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S/A, Presidente do Conselho de Administração da Suzano Petroquímica e vice-presidente do Conselho de Administração da Suzano Holding.

Participa de diversas associações empresariais e filantrópicas. Entre 1988 e 2002, foi Presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), da qual participa, hoje, como Presidente do Conselho Deliberativo. É Diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil, Diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP-FIESP), membro do Grupo de Conjuntura Internacional da Universidade do Estado de São Paulo (USP) entre outras atividades. Na área filantrópica, atua como Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein e membro do Conselho da Ação Comunitária Brasil, entre outras ações.

(Fonte: Curriculum Vitae)

ÂNGELO CALMON DE SÁ

(1970-1971) Governo Luis Viana Filho



Filho de Francisco de Sá e de Maria dos Prazeres Calmon de Sá, nasceu em Salvador, em 1º de novembro de 1935.

Formou-se em Engenharia Civil e em Engenharia de Petróleo pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1958, e em Administração Financeira pela Escola de Administração da UFBA.

Iniciou sua atividade profissional na Construtora Norberto Odebrecht S/A., onde foi, sucessivamente, Auxiliar Técnico (1956-1958), Engenheiro Civil (1958-1964) e Diretor (1964-1966). Em seguida, assumiu relevantes cargos na administração pública e privada: Superintendente do Centro Industrial de Aratu, CIA (1967); Secretário de Indústria e Comércio do Estado da Bahia (1967-1970); **Secretário da Fazenda**, no Governo Luis Vianna, no período de (1970-1971); Diretor Financeiro do Banco Econômico S/A. (1971-1972); Presidente da Associação dos Bancos do Estado da Bahia (1971-1973); Diretor Presidente do Banco Econômico de Investimento S.A. (1972-1974); Administrador da Companhia Árabe e Internacional de Investimento (1974); Presidente do Banco do Brasil S/A (1974-1977); Presidente do Conselho Administrativo da Brasilinvest-Investimento, Participações e Negócios; Presidente do Conselho Curador da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior; Ministro da Indústria e do Comércio (1977-1979).

Em 1979, ao sair do Ministério da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá retornou as suas atividades no setor privado, assumindo novamente a Presidência do Banco Econômico S/A e de mais vinte e seis cargos de organizações financeiras, entre as quais estão o de Presidente da Diretoria Executiva do Banco Econômico de Investimento S/A, e do Econômico S/A Crédito Imobiliário – CASAFORTE, (1979); Presidente da Diretoria Executiva do CONEPAR-Cia. Nordeste de Participações (1980); Membro do Conselho Monetário Nacional, onde representava a iniciativa privada (1979); Membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S/A (1979); Presidente da Comissão do Comércio de Cacau do Brasil – COMCCAUBA; membro do Conselho Consecutivo Internacional do **Wells Frago Bank**, San Francisco, USA (1979); Vice-Presidente da Associação Comercial da Bahia (1981); membro do Conselho de Administração do **American Express Internacional Banking Corporation**, New York, USA (1982); Diretor da Associação de Exportadores Brasileiros – AEB (1982).

Alem destas, exerceu dez outras funções ligadas à sua especialidade, no plano nacional e internacional, dentre as quais se destaca a de Presidente do Conselho de Administração do **European Brazilian Bank Limited** – EUROBRAZ (1974-1979); e a de membro do Comitê Executivo do **Euro-Latinamerican Bank Limited** – EULABANK (1974-1977).

Na condição de Ministro da Indústria e do Comércio integrou o Conselho Deliberativo de cinco organizações nacionais entre as quais a SUDENE e a SUDAM, e presidiu o conselho de outras nove instituições. Integrou e chefiou cerca de 12 delegações e/ou missões econômicas do Governo Brasileiro junto a países de todos os continentes.

Foi Ministro do Desenvolvimento Nacional de abril a outubro de 1992.

Ao sair do Ministério, retornou à Presidência do Banco Econômico S/A até agosto de 1995. Desde 1996 é Presidente Vitalício do Conselho das Obras Assistenciais Irmã Dulce.

(Fontes: **Curriculum Vitae; Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930**, CPDOC/FGV, 2ª ed, V. V; 2001, p.5155-5157)

CLÓVIS DE BRITO SANTOS

(1971) Governo Luis Viana



Filho de Julio Santos e de Maria Lydia de Brito Santos, nasceu em Amargosa, Bahia, no dia 18 de dezembro de 1919.

Autodidata, ingressou na Secretaria da Fazenda em dezembro de 1947, passando a integrar o “Grupo Fisco”. Durante nove anos consecutivos exerceu essa função no interior da Bahia, chegando a ocupar o cargo de Administrador da Recebedoria de Rendas de Itabuna, de 1955 a 1956, quando foi convocado para servir em Salvador, junto ao Departamento da Receita.

Trabalhando sempre na Secretaria da Fazenda exerceu cargos em comissão, dentre eles o de Diretor da Divisão de Arrecadação do Departamento da Receita, Diretor da Divisão de Arrecadação e Controle Fiscal, Diretor Geral do Departamento da Receita, Diretor do Departamento do Tesouro, por ele instalado em 1966, no qual permaneceu por nove anos consecutivos, e Chefe do Gabinete do Secretário da Fazenda.

Foi **Secretário da Fazenda**, em substituição a Ângelo Calmon de Sá, no final do Governo Luis Viana, no período de 19 de fevereiro a 14 de março de 1971.

Foi Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda e exerceu a função de Assessor do Secretário da Fazenda.

Faleceu a 14 de janeiro de 2002.

(Fonte: **Curriculum Vitae**)

LUIZ ANTÔNIO SANDE DE OLIVEIRA

(1971-1974) Governo Antonio Carlos Magalhães



Filho de Aristides Carmelo Gomes de Oliveira e de Alzira Caldas Brito de Oliveira, Luis Antônio Sande de Oliveira nasceu em 9 de dezembro de 1933, na cidade de Nazaré, Bahia.

Em 1952, aos 19 anos, ingressou no Banco do Brasil como funcionário. Gradou-se em Direito pela Universidade Católica do Salvador (1960), e obteve o título de “Master Of Business Administration” (1964) pela Michigan State University, Estados Unidos. Foi professor de Administração Financeira na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Católica do Salvador (1965-1966). Também nesse período exerceu a chefia do setor de Orientação Financeira e a Direção do Departamento Industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Lecionou em cursos intensivos de Crédito Industrial realizado pelo Banco do Brasil no Rio de Janeiro (1965 a 1968).

No ano de 1966, assumiu a direção departamental da Secretaria da Indústria e Comércio da Bahia e, no ano seguinte, a Secretaria de Finanças da Prefeitura de Salvador, permanecendo no cargo até 1970.

Após deixar esta Secretaria, Luis Sande foi nomeado Diretor Superintendente e Presidente do Banco do Estado da Bahia (BANEBA), exercendo esta função de maio de 1970 a março de 1971, quando foi nomeado pelo Governador Antônio Carlos Magalhães (1971-1974), para assumir o comando da **Secretaria da Fazenda** do Estado da Bahia (mar. 1971 a maio 1973).

Atuou como professor da Escola de Administração de Empresa da Bahia em 1973. No ano seguinte voltou à presidência do Banco do Estado da Bahia (BANEBA) de maio de 1974 a janeiro de 1975, quando se tornou membro da Diretoria do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1975.

Em 1976 foi nomeado representante do Ministério do Interior na Comissão Nacional de Indústria de Construção Civil e no Conselho Nacional de Política de Emprego. Dirigiu a Associação Brasileira de Normas Técnicas entre janeiro de 1977 a junho de 1978.

Em março de 1979, deixou a direção do BNH, para assumir a Presidência do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exercendo-a até 1984. Nesse mesmo período, integrou do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL).

Aposentou-se em 1985, voltando a dedicar-se à carreira de professor universitário na Universidade Federal da Bahia e a de produtor rural na cidade de Amargosa, Bahia.

Durante sua vida recebeu mais de vinte condecorações, entre as quais a Ordem ao Mérito da Bahia, Ordem ao Mérito de Brasília, Ordem de Rio Branco, Ordem de Bernardo O’Higgins, Medalha do Mérito Ferroviário, Ordem Águila Azteca e Ordem do Poncho Verde.

Foi Conselheiro do Centro de Desenvolvimento Industrial da Bahia, Centro Industrial de Aratu, Instituto do Cacau da Bahia e do Banco do Estado da Bahia.

Faleceu em Salvador, a 16 de maio de 1995.

(Fontes: **Currículo Vitae; Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930**, CPDOC/FGV, 2ª ed., V. V, 2001, p.5232)

JORGE LINS FREIRE

(1974-1975) Governo Antonio Carlos Magalhães



Filho de Jaime Lins Freire e Crisântema Lins Freire, nasceu da cidade de Salvador, Bahia, a 27 de abril de 1942.

Bacharelou-se em Administração de Empresa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ocupou diversos postos de destaque na administração pública e privada, da Bahia e do Rio de Janeiro. Foi **Secretário da Fazenda**, no período de 30 de maio de 1974 a 17 de março de 1975, no Governo de Antonio Carlos Magalhães. No mesmo período foi Presidente da Comissão de Integração do Sistema Financeiro Estadual.

Em seguida, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu as funções de Subsecretário de Estado da Secretaria da Fazenda daquele Estado (1975-1977); Foi também Presidente da Comissão de Programação Financeira do Estado do Rio de Janeiro em (1976-1977); Diretor Financeiro de FURNAS, Centrais Elétricas S/A (1977-1979); Diretor do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (1979-1980); Vice-presidente da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (1979-1980).

No segundo Governo de Antonio Carlos Magalhães ocupou a Presidência do DESENBANCO (1979-1983), e desempenhou em seguida os cargos de Presidente da Promoções e Participações da Bahia S/A (Propar) setembro de 1980 a agosto de 1983, membro da Comissão Consultiva do Mercado de Capitais e do Conselho Monetário Nacional (1981-1982), Presidente da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (1982-1983), Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1983-1984) e, no mesmo período, Presidente do BNDES Participações S/A - BNDESPAR; membro do Conselho Monetário Nacional e Presidente da Junta de Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, (1983-1984).

Foi membro de mais de 40 instituições públicas e privadas, exercendo as atividades de Técnico da ELETROBRÁS, membro do Conselho Curador da Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais, membro do Conselho de Administração da COPENE Energética S/A, membro do Conselho de Administração da Nordeste Linhas Aéreas S/A, membro do Conselho Administrativo da TELERJ; Diretor de Crédito Imobiliário do Banco Econômico S/A para a área Norte e Nordeste, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A (1990-1992), membro do Conselho de Administração da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, CHESF, Coordenador da Comissão de Economia da Federação da Indústria da Bahia e Conselheiro de Política Econômica da Confederação Nacional de Indústria e do Conselho Deliberativo do Sebrae, na Bahia.

Foi também Secretário Municipal da Fazenda de Salvador, na administração do prefeito Antonio Imbassahy e Diretor do Centro de Indústria do Estado da Bahia (1997). Atualmente exerce a Presidência da Federação das Indústrias da Bahia (FIEB).

Por sua atuação profissional recebeu a Medalha Comemorativa dos Feitos Heróicos da Polícia Militar do Estado da Bahia, a Ordem do Mérito da Bahia no Grau de Governador, Ordem do Mérito da Bahia no Grau de Grande Oficial e Medalha 2 de Julho da Prefeitura Municipal de Salvador.

(Fonte: Currículum Vitae; Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930, CPDOC/FGV, 2º ed, V. III, 2001, p.2364-2365)

JOSÉ DE BRITO ALVES

(1975-1979) Governo Roberto Santos



Filho de Olivio Alves de Souza e de Ermozina Brito Alves, nasceu no Estado da Bahia, no dia 6 de abril de 1937.

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia (1960-1963), é também Mestre e Doutor (Ph.D.) em Economia pela Universidade de Columbia, U.S.A. (1965-1968). É técnico em Contabilidade e tem curso de especialização em Desenvolvimento Econômico (1963), de Estatística Aplicada à Economia (1962) e de Economia Brasileira e Desenvolvimento Regional (1961).

Iniciou suas atividades profissionais em 1959, como técnico em contabilidade do Banco Lar Brasileiro. Em seguida, exerceu as funções de Assistente de Economia do Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial da Bahia (1963), Economista Sênior do IPEA-CENDEC, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (1968-1970), Consultor da Fundação Getúlio Vargas – IBRE, Convênio CIEF – Ministério da Fazenda (1971), Economista Sênior da Mntor (1970-1972), Assessor Econômico da Presidência do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara e Diretor do APEC.

Foi membro do Conselho de Política Fazendária e do Conselho de Administração das seguintes instituições: Banco do Estado da Bahia (BANEB), Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO), Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (PRODEB), Promoções e Participações da Bahia (PROPAR) e Empreendimentos Turísticos da Bahia (EMTUR). Foi Economista – Assessor do BNH e atualmente ocupa o cargo de Superintendente da Federação Nacional dos Bancos. É Consultor Econômico da Federação Brasileira das Associações de Bancos e membro do Conselho Técnico do Instituto de Economia Gastão Vidigal da Associação Comercial de São Paulo e do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro.

Foi **Secretário da Fazenda** do Estado da Bahia, no Governo Roberto Santos, no período de 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979.

Exerceu atividade docente em cursos de curta duração no IPES, na FGV do Rio de Janeiro e em outras instituições nacionais. Elaborou diversos trabalhos, entre os quais se destacam: “Substitution in the Intercity Freight Transportation Market in the United States 1939-1965: an Econometric Approach” (dissertação de Mestrado, Columbia University); “O Imposto de Renda das Pessoas Físicas e a Distribuição de Renda no Brasil” (FGV-IBRE, CIEF-Ministério da Fazenda, 1971); “A Regulamentação do Capital Estrangeiro no Brasil” (1973) e “O Mercado Aberto no Brasil” (VII Reunião de Governadores da Federação Latino-americana de Bancos, Bariloche (1973)). Participou de vários congressos e simpósios, na sua área de especialização.

Atualmente exerce a função de Diretor Financeiro da Góes Cohabita.

(Fonte: **Curriculum Vitae**)

LUIZ FERNANDO STUDART R. DE QUEIROZ

(1979-1983) Governo Antonio Carlos Magalhães



Filho de Luis Ramos de Queiroz e de Marília Studart Ramos de Queiroz, nasceu em Salvador, no dia 4 de junho de 1947. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 1970. Em seguida, fez curso de especialização em Administração de Empresa pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV) em 1971, e colou grau de Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1973 e pela Harvard University, USA, em 1975.

Exerceu na administração pública os cargos de Assessor de Programação e Orçamento da Secretaria de Educação (1970-1971); do Conselho de Política Fazendária do Ministério da Fazenda e o de Conselheiro de Empresas (1979-1983).

Foi **Secretário da Fazenda** no Governo Antonio Carlos Magalhães, no período de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1983.

No Magistério Superior atuou no Departamento de Ciências Jurídicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1971-1973), e no Mestrado em Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de 1975-1978. Foi também Assessor Jurídico do Banco Econômico S/A (1975-1979) e Diretor Financeiro da Econômico Empreendimentos (holding de empresas não financeiras do Banco Econômico) e Diretor da CONEPAR – Cia. Nordeste de Participações (holding das empresas petroquímicas do Banco Econômico) entre 1983 a 1988; Diretor de Desenvolvimento – OAS Participações (1988-1994) ; Diretor de Desenvolvimento e Assuntos Jurídicos – OAS Participações (1994-2002) e atualmente está atuando como Consultor Jurídico – Invepar (Holding para investimentos em infra-estrutura), sociedade da Construtora OAS com a PREVI – Fundos de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (1983).

É membro da Fundação Baiana para Estudos Econômicos, Políticos e Sociais e da Associação Comercial da Bahia onde compõe o Conselho Diretor (1991-1997) e a Junta Deliberativa. Dentre as condecorações recebidas destaca-se a Ordem do Mérito da Bahia.

Entre outros trabalhos, escreveu: “Considerações sobre o Sistema Tributário Nacional”, in Revista de Finanças Públicas, nº 351, Rio de Janeiro, 1982, e “Reforma Tributária”, publicado pela Federação Baiana para Estudos Econômicos, Políticos e Sociais. (Fontes: Entrevista realizada em junho de 1985; **Curriculum Vitae** – agosto de 2005)

BENTO DA GAMA SANTOS

(1983-1986) Governo João Durval Carneiro



Filho de Joaquim Alves dos Santos e Benita da Gama Santos, nasceu em Ituaçu, Bahia, no dia 29 de agosto de 1948.

Diplomou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) em 1973. cursou pós-graduação em Engenharia Econômica e Administração Industrial pela Escola Nacional de Engenharia, sendo o curso ministrado pelo Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua formação inclui diversos cursos de especialização.

Benito Gama iniciou sua carreira em 1971, como estagiário na Assessoria Setorial de Programação e Orçamento (ASPO) da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Em 1975, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se tornou assessor do Secretário da Fazenda daquele Estado. De volta à Bahia, assumiu a Secretaria Municipal de Finanças de Camaçari (1977-1979). Em 1979, foi nomeado para a função de assessor chefe e Secretário substituto da Fazenda, no segundo Governo de Antonio Carlos Magalhães. Em 1980, dirigiu a Escola de Administração Fazendária (EAF). Nesse mesmo ano, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS).

No Governo João Durval Carneiro, foi Secretário de Transporte e Comunicações (1982-1983) e **Secretário da Fazenda** (1983-1986). Desligou-se da pasta, em 1986, para disputar uma vaga de Deputado Federal Constituinte no pleito daquele ano, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), ao qual se havia filiado em 1985. Eleito, participou como parlamentar de diversas comissões e subcomissões na Câmara Federal.

Reeleger-se em 1990, 1994 e 1998, participando ativamente dos trabalhos legislativos nesses períodos. Em 1992, foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista que apurou denúncias de corrupção contra o presidente Fernando Collor de Melo.

Licenciou-se da Câmara Federal, em 1994, para assumir a Secretaria de Planejamento no terceiro Governo de Antonio Carlos Magalhães (1991-1994). Foi Secretário de Indústria, Comércio e Mineração no Governo César Borges (1999-2002), mas deixou o cargo em 2001. Na mesma época, saiu do PFL e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Foi presidente da Associação Interparlamentar do Congresso Nacional e de Política Fazendária; da Comissão Nacional de Reforma Tributária de Engenharia e do Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Altos Estudos do Rio de Janeiro. Recebeu várias condecorações, dentre as quais a Ordem do Mérito da Bahia (Grau Grande Oficial). Foi membro de conselhos de administração e deliberativos de várias instituições.

Atualmente, é filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Presidente da Empresa de Turismo de Salvador (EMTURSA), órgão da Prefeitura Municipal de Salvador.

(Fontes: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930**, CPDOC/FGV, 2ª ed. V. III, 2001, p.2477-2479)

LUIZ ALBERTO BRASIL DE SOUZA

(1986-1987) Governo João Durval Carneiro



Filho de Francisco Nelson de Souza e Haydee Brasil de Souza, nasceu em Salvador, no dia 11 de dezembro de 1947.

Começou a trabalhar na Secretaria da Fazenda como mensageiro, antes mesmo de concluir o ensino médio. Em 1970, graduou-se em Administração na Universidade Federal da Bahia e, no ano seguinte, fez pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Econômico pela Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE-Bahia).

Em 1974, assumiu o cargo de assessor-chefe da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e, no ano seguinte, foi transferido para a Secretaria Estadual de Minas e Energia, onde trabalhou como assessor-chefe de planejamento e chefe de gabinete. Em 1978, foi aprovado em concurso público para auditor fiscal da Secretaria da Fazenda. No ano seguinte, deixou o cargo para trabalhar numa empresa em Lima, no Peru. Retornou, em 1982, e ocupou vários cargos públicos de chefia, incluindo-se o de subsecretário da Fazenda.

Em fevereiro de 1986, Luiz Alberto Brasil de Souza foi nomeado **Secretário da Fazenda** do Estado da Bahia, no Governo de João Durval Carneiro, permanecendo no cargo até o fim deste governo (março de 1987).

Foi convidado, em seguida, para ser diretor econômico e financeiro, e de relações com o mercado da Telebrás, estatal que controlava o sistema de telecomunicações do País. Assumiu a presidência da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador e, no ano seguinte, presidiu a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa).

De março a dezembro de 1994, no terceiro Governo de Antonio Carlos Magalhães, foi Secretário Estadual de Saneamento, Recursos Hídricos e Habitação. No fim do mesmo ano, aposentou-se do serviço público estadual como auditor fiscal e passou a se dedicar a serviços de consultoria nas áreas de organização e finanças. Em 1999, foi contratado pelo Grupo OAS como consultor na área de Privatização e Concessão. A partir de 2002, voltou às atividades de consultor independente.

(Fonte: Curriculum Vitae)

SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI

(1987-1989) Governo Waldir Pires



Filho de Trípoli Francisco Gaudenzi e de Ofélia Brito Gaudenzi, nasceu em Salvador, no dia 22 de outubro de 1941.

Graduou-se em engenharia civil na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e especializou-se em Planejamento Urbano junto ao Ministério do Planejamento Territorial, do Equipamento e da Habitação, na França.

Ocupou diversos cargos públicos. Foi Secretário de Planejamento de Salvador, em 1975, e participou do Conselho de Desenvolvimento Urbano. Em 1985, quando Waldir Pires era Ministro da Previdência e Assistência Social, ocupou o cargo de Secretário-Geral do Ministério. Participou também, nessa época, do conselho deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1986, foi eleito Deputado Estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ficou pouco tempo no cargo porque, pouco depois, Waldir Pires foi eleito Governador e convidou-o a participar de sua equipe.

Sérgio Gaudenzi foi **Secretário da Fazenda** no Governo Waldir Pires, entre março de 1987 e junho de 1989. Nessa época, foi membro do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), integrou o conselho administrativo do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco) e presidiu o conselho administrativo do Banco do Estado da Bahia (Baneb).

Reassumindo o mandato de Deputado Estadual (1989), exerceu a função de relator geral da Constituição do Estado da Bahia. No ano seguinte, foi eleito Deputado Federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Foi vice-líder do seu partido na Câmara dos Deputados e participou de várias comissões parlamentares. Em 1994, candidatou-se a Vice-Governador na chapa liderada por Jutahy Magalhães Junior, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas não obteve êxito.

Após deixar a Câmara dos Deputados, Sérgio Gaudenzi afastou-se da política por um período e passou a trabalhar como consultor e comentarista de um programa de TV local. Em 1997, decidiu filiar-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em julho de 2004, foi convidado pelo então ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, também do PSB, para a Presidência da Agência Espacial Brasileira (AEB), onde hoje trabalha.

(Fontes: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**, 2ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV; 2001, v. III, p.2503; Agência Espacial Brasileira, www.aeb.gov.br, página *Fale com o presidente da AEB*)

RUBENS VAZ DA COSTA

(1989-1990) Governo Nilo Coelho



Filho de José Vaz da Costa e Maria Santina da Costa, Rubens Vaz da Costa nasceu em Garanhuns, Pernambuco, no dia 28 de setembro de 1927.

Começou a trabalhar jovem, como balconista de uma loja de tecidos e depois gerente de uma cooperativa de laticínios de sua cidade natal. Em 1949, foi transferido para Salvador, onde exerceu a função de subgerente de uma empresa subsidiária da Nestlé. Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Universidade da Bahia (precursora da Universidade Federal da Bahia) e participou de um curso sobre desenvolvimento econômico promovido pelas Nações Unidas, no Rio de Janeiro. Em 1954, depois de mudar-se para Fortaleza, trabalhou no departamento de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) do Banco do Nordeste do Brasil. Nos anos seguintes, fez cursos no Brasil e no exterior, inclusive participando de programa de treinamento do Banco Mundial, nos Estados Unidos.

Em 1960, fez curso de pós-graduação em Política Econômica, na Universidade George Washington, e trabalhou como economista da União Pan-Americana, tendo chefiado uma missão de integração no Peru. Ao concluir a pós-graduação, foi contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, entre diversas atividades, exerceu o cargo de subdiretor da divisão de empréstimos para a América do Sul.

De volta ao Brasil, em 1966 durante o regime militar, foi nomeado presidente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cargo que deixou um ano depois, para ocupar a presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Participou como representante do governo brasileiro de vários encontros internacionais, como reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Em 1971, foi nomeado presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH), tendo autorizado o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a compra da casa própria. Em 1972, foi delegado brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Deixou o BNH em 1974 e passou a dirigir empresas privadas, como a Abril Cultural e Industrial de São Paulo.

Foi Secretário de Planejamento de São Paulo, durante o governo de Paulo Maluf (1979-1982). Depois, exerceu a Presidência da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), de onde saiu em 1985 para regressar ao BID, nos Estados Unidos.

Rubem Vaz da Costa foi **Secretário da Fazenda** e Planejamento do Estado da Bahia em 1989, durante o governo de Waldir Pires. Ao mesmo tempo, foi também membro do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado da Bahia (Baneb). No início de 1990, deixou a pasta para assumir a Secretaria Nacional de Energia, no Ministério de Infra-Estrutura do Presidente Fernando Collor de Melo. Em 1993, retornou ao BID, onde se tornou, mais tarde, consultor em comércio eletrônico, além de desempenhar outras atividades.

(Fonte: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**, 2ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2001, v.II, p.1679 a 1680)

CARLOS ALBERTO SOUZA TELES

(1990) Governo Nilo Coelho



Filho de José Capitulino Souza Teles e Ede Souza Teles, nasceu em Salvador, no dia 6 de junho de 1952.

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia, em 1974. Na Inglaterra, cursou mestrado em Economia Agrícola com especialização nas áreas de desenvolvimento e marketing no Wye College, Universidade de Londres, e pós-graduação em Desenvolvimento da Administração, Desenvolvimento Econômico, Política e Sociologia na Universidade de Manchester.

Ocupou vários cargos técnicos em secretarias estaduais. Na Secretaria de Minas e Energia, participou de pesquisa sobre a mão-de-obra do Pólo Petroquímico de Camaçari, em 1974. Três anos depois, trabalhou na Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec), onde coordenou projeto de infra-estrutura do município de Bom Jesus da Lapa. Entre 1982 e 1985, foi membro da Comissão Executiva Nacional do Álcool do Ministério da Indústria e Comércio. Em seguida, atuou na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Bahia como diretor de agroindústria e secretário executivo do Conselho Estadual do Café. Tornou-se assessor especial do Governador, de setembro a novembro de 1989. Deixou o cargo para chefiar a Secretaria Extraordinária para Assuntos de Articulação Municipal, na gestão de Fernando José.

Em abril de 1990, Carlos Alberto Souza Teles foi convidado a assumir a **Secretaria da Fazenda** do Estado da Bahia, no Governo de Nilo Coelho. Permaneceu na pasta somente sete meses, saindo do governo, em novembro, para trabalhar como empresário na Agropecuária Copacabana, onde ficou até 2004.

Entre 2001 e 2002, exerceu a função de diretor administrativo e financeiro da Federação Bahiana de Futebol. Desde junho de 2003, Carlos Teles é consultor da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, onde coordena a implantação da cobrança pelo uso da água no Estado da Bahia. É também membro da Câmara Técnica de Cobrança do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia.

(Fonte: Curriculum Vitae)

ASCLEPIÁDES ANTÔNIO SOLEDADE

(1990) Governo Nilo Coelho



Filho de Asclepiades Lopes Soledade e Altamira Santos Soledade, nasceu em 24 de dezembro de 1941, em Salvador.

Formou-se em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também fez cursos de especialização em Administração Pública, em Contabilidade e Auditoria. Na mesma Universidade, foi professor na área de Administração Financeira Governamental e Orçamento Público. Lecionou no curso de pós-graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e, como professor convidado, no curso de pós-graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília (UnB). Foi também instrutor de cursos de extensão na área de orçamento e finanças públicas da Escola de Administração Fazendária (ESAF) e professor convidado da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), da Academia de Polícia Militar e da Escola de Gestão de Negócios Álvares Penteado (FECAP).

Sua trajetória profissional inclui o exercício de cargos como o de Presidente do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor do Banco do Estado da Bahia (Baneb), o de superintendente administrativo da UFBA, o de secretário nacional de modernização administrativa do Ministério da Previdência Social e o de coordenador de programação e orçamento da Prefeitura Municipal de Salvador. Foi também inspetor geral de finanças e auditor geral do Estado da Bahia.

Em novembro de 1990, na gestão do Governador Nilo Coelho, assumiu a **Secretaria da Fazenda** do Estado da Bahia. Permaneceu no cargo durante cinco meses, até o fim do mandato do Governador, em março de 1991.

Nos anos seguintes, dedicou-se a atividades de consultoria. Atualmente, é diretor-presidente da firma Afinco Consultoria e Assessoria Ltda, que atua na área de finanças públicas e responsabilidade fiscal.

(Fonte: Curriculum Vitae e informações fornecidas por telefone por Maria Meyre Santana Bezerra, consultora da Afinco Consultoria e Assessoria Ltda, em julho de 2005)

RODOLPHO TOURINHO NETO

(1991-1994) Governo Antonio Carlos Magalhães

(1994) Governo Rui Dias Trindade

(1994) Governo Antonio Imbassahy

(1995-1998) Governo Paulo Souto



Filho de Rodolpho Bahia Tourinho e Ana Junqueira Ayres Tourinho, nasceu no dia 27 de dezembro de 1941, em Salvador. Graduou-se em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e fez pós-graduação em Economia e Administração de Empresas pela Bradley University, Illinois, Estados Unidos.

No Banco Econômico, onde trabalhou durante 16 anos (1973-1989), ocupou cargos de destaque, como diretor de operações e vice-presidente. Após sair do Econômico, foi para a Construtora OAS, onde exerceu as funções de diretor de operações até 1991.

Em março desse ano, deixou o setor privado para tornar-se **Secretário da Fazenda** do Estado da Bahia no terceiro Governo de Antonio Carlos Magalhães (1991-1994). Permaneceu nesta pasta até o fim do mandato e também durante os Governos de Rui Trindade e Antonio Imbassahy, que assumiram o cargo quando Antonio Carlos Magalhães deixou, para se candidatar ao Senado. Com a eleição de Paulo Souto para o Governo do Estado, foi convidado a continuar na Secretaria da Fazenda, tendo, portanto, desempenhado esta função durante sete anos. Em sua gestão, a Secretaria passou por um processo de modernização e informatização que contribuiu para o ajuste financeiro do Estado. Deixou a Sefaz em abril de 1998 para compor, como suplente, a chapa de Paulo Souto, que se candidatou e foi eleito naquele ano ao Senado Federal.

Em janeiro de 1999, foi nomeado Ministro das Minas e Energia pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, cargo que desempenhou até fevereiro de 2001. Com o retorno de Paulo Souto ao Governo Estadual (2002), Rodolpho Tourinho assumiu a cadeira de Senador.

Dentre outros cargos relevantes que exerceu, destaca-se o de Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, Presidente do Conselho da BR Distribuidora, Presidente do Conselho da Petrobras, Presidente do Conselho da Eletrobrás, Presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco) e Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado da Bahia (Baneb).

Atualmente, Rodolpho Tourinho exerce seu mandato de Senador. É membro titular das comissões de Assuntos Econômicos, de Infra-Estrutura, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Assuntos Sociais, entre outras. Integra as frentes parlamentares de Defesa da Cultura, Adoção, Pró-municípios, Municipalista e de Defesa da Infra-Estrutura Nacional.

Recebeu várias condecorações, destacando-se a Ordem do Rio Branco (grau Grã-Cruz), Ordem do Mérito Naval (grau Grande Oficial) e Ordem do Mérito Aeronáutico (grau de Grande Oficial).

(Fonte: Informações fornecidas por Wagner Fraga Friaça, chefe de gabinete do Senador Rodolpho Tourinho, em julho de 2005)

ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS

(1998) Governo César Borges

(1999-2002) Governo César Borges

(2003 em exercício) Governo Paulo Souto



Filho de Manoel Benedito Mascarenhas e Cândida Machado Mascarenhas, nasceu em Muritiba, Recôncavo Baiano, no dia 4 de setembro de 1956.

É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia, tendo feito curso de pós-graduação em Finanças Públicas e Administração Financeira e curso de especialização em Mercado de Capitais.

Iniciou suas atividades profissionais como assistente técnico (1977) no SENAI Bahia, onde assumiu a chefia de estudos e pesquisas. Em seguida, exerceu os cargos de analista administrativo-financeiro e chefe do setor de planejamento da Companhia de Processamento de Dados da Bahia (Prodeb) e de gerente financeiro do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Ceped). Em 1987, tornou-se analista financeiro da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Entre 1989 e 1998, já como auditor fiscal, desempenhou as funções de gerente financeiro, diretor do Tesouro (tendo implantado a Conta Única do Tesouro Estadual) e subsecretário da Sefaz.

Albérico Mascarenhas assumiu o comando da **Secretaria da Fazenda** do Estado da Bahia em abril de 1998, integrando o secretariado escolhido por César Borges, que substituiu o Governador Paulo Souto quando este deixou o cargo para concorrer ao Senado. Com a eleição de César Borges para o governo, no mesmo ano, Albérico Mascarenhas foi mantido na pasta da Fazenda. Permaneceu no cargo também no período seguinte, no segundo e atual Governo Paulo Souto.

Sua atuação à frente da Secretaria vem sendo direcionada para o incremento da receita, a manutenção do equilíbrio fiscal, a melhoria do atendimento ao contribuinte e o aumento da qualidade do gasto público. Dentre os vários projetos implantados em sua gestão estão: o Regime Simplificado de Apuração do ICMS para micro e pequenas empresas (Simbahia); o Programa de Educação Tributária (PET-BA), que estimula o cidadão a pedir a nota fiscal; e o Prestando Contas ao Cidadão, que disponibiliza na internet informações sobre as receitas estaduais e onde elas são aplicadas. Para os servidores da Secretaria da Fazenda, foi instituído o plano de carreira do grupo fisco, o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento e o Prêmio por Desempenho Fazendário (PDF). Foi também criado um código de conduta para o grupo fisco.

Entre maio de 2000 e novembro de 2001, Albérico Mascarenhas exerceu também a Presidência do Desenbanco, no período em que este foi transformado na agência de fomento Desenhahia. Em 2002, além da pasta da Fazenda, assumiu cumulativamente a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. No mesmo ano, atuou, ainda, na função de Presidente da Coordenação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Foi reeleito três vezes consecutivas para esse cargo.

Desempenhou outras funções, destacando-se a de presidente do Conselho Gestor do Programa de Parceria Público-Privada da Bahia (PPP), Presidente do Conselho de Administração do Desenhahia, Presidente da Comissão Estadual de Desestatização, membro dos Conselhos de Administração da Bahiagás e Bahiatursa e do Conselho Curador da Fundação Luís Eduardo Magalhães.

Recebeu várias condecorações, como a da Ordem do Mérito da Bahia (Grau de Grã-Cruz), Troféu Desempenho da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Título de Cidadão de Salvador, Comenda de Sócio Benemérito das Obras Sociais de Irmã Dulce e Medalha do Mérito de Tamandaré.

(Fonte: Informações fornecidas por Fátima Freire, chefe do gabinete do Secretário, em julho de 2005)



Fotolito e impressão
Cartograf
Salvador, Bahia, 2005